

DIREITO ADMINISTRATIVO EM EXERCÍCIOS
IMP CURSOS – TRF – ÁREA ADMINISTRATIVA
PROF. HENRIQUE SAVONITTI
TWITTER: @PROFSAVONITTI

PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO

1 (FCC/ T.R.E. AL /TEC. ADMINISTRATIVO / 07.02.2010 /E5 TIPO 1 Questão 36) Quando se afirma que o particular pode fazer tudo o que a lei não proíbe e que a Administração só pode fazer o que a lei determina ou autoriza, estamos diante do princípio da

- (A) legalidade.
- (B) obrigatoriedade.
- (C) moralidade.
- (D) proporcionalidade.
- (E) contradição.

2 (FCC/ T.R.E. AL /TEC. ADMINISTRATIVO / 07.02.2010 /E5 TIPO 1 Questão 39). Sobre o motivo, como requisito do ato administrativo, é INCORRETO afirmar que

- (A) motivo e móvel do ato administrativo são expressões que não se equivalem.
- (B) motivo é o pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao ato administrativo.
- (C) a sua ausência invalida o ato administrativo.
- (D) motivo é a causa imediata do ato administrativo.
- (E) motivo e motivação do ato administrativo são expressões equivalentes.

3 (FCC / PROCURADOR / ASS. LEG. SP./ 4.4.2010 / Questão 53). NÃO se inclui, dentre as expressões da supremacia do interesse público, como princípio constitucional do Direito Administrativo:

- (A) A exigibilidade, significando a previsão legal de sanções ou providências indiretas que induzem o administrado a acatá-los.
- (B) A constituição de terceiros em obrigações mediante atos unilaterais.
- (C) Dentro de certos limites, a revogação dos atos inconvenientes e inoportunos.
- (D) O dever de anular ou convalidar os atos inválidos que haja praticado.
- (E) A ideia de que a Administração tem que tratar todos os administrados sem distinção.

4 (FCC / AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO / ASS.LEG.SP. 4-4-2010/ Questão 45). A respeito dos princípios da administração pública é correto afirmar que

- (A) se aplicam também às entidades integrantes da Administração indireta, exceto àquelas submetidas ao regime jurídico de direito privado.
- (B) possuem uma ordem de prevalência, situando-se em primeiro lugar os princípios da legalidade e da supremacia do interesse público sobre o privado.

(C) o princípio da eficiência com o advento da Emenda Constitucional nº 19/98 ganhou acento constitucional, passando a sobrepor-se aos demais princípios gerais aplicáveis à Administração.

(D) se aplicam, em igual medida e de acordo com as ponderações determinadas pela situação concreta, a todas as entidades integrantes da Administração direta e indireta.

(E) o princípio da moralidade é considerado um princípio prevalente e a ele se subordinam o princípio da legalidade e o da eficiência.

5 (FCC / AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO – LICITAÇÃO / ASS. LEG. SP./ 4.4.2010 / Questão 42)

A caracterização de determinada atividade como serviço público pode ser verificada a partir da presença de elementos objetivos e subjetivos. Nesse sentido, é correto afirmar que

(A) apenas se caracterizam como serviço público aquelas atividades assim declaradas por lei e quando prestadas diretamente pelo poder público.

(B) o enquadramento de determinada atividade na categoria de serviço público decorre de previsão legal ou constitucional, sendo obrigação do poder público prestá-la à coletividade, diretamente ou por meio de concessão ou permissão.

(C) o enquadramento de determinada atividade como serviço público independe de previsão legal ou constitucional, decorrendo da própria natureza da atividade e da sua prestação à coletividade pelo poder público.

(D) uma mesma atividade pode ser considerada serviço público próprio, quando prestada pelo poder público, ou impróprio, quando prestada por particular sob o regime de concessão ou permissão.

(E) determinada atividade apenas é considerada serviço público quando assim definida por lei ou por disposição constitucional, não perdendo essa característica quando prestada pelo particular, desde que sem finalidade de exploração econômica, mediante autorização do poder público.

6 (TRE – PI FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO)

Sobre os princípios básicos da Administração Pública, considere:

I. É composto pelo conjunto de regras finais e disciplinares suscitadas não só pela distinção entre o Bem e o Mal, mas também pela ideia geral de administração e pela ideia de função administrativa.

II. Interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige.

III. Objetiva aferir a compatibilidade entre os meios e os fins, de modo a evitar restrições desnecessárias ou abusivas por parte da Administração Pública, com lesão aos direitos fundamentais.

Estes conceitos dizem respeito, respectivamente, aos princípios da

a) razoabilidade, finalidade e moralidade.

- b) moralidade, finalidade e razoabilidade.
- c) finalidade, razoabilidade e moralidade.
- d) moralidade, razoabilidade e finalidade.
- e) finalidade, moralidade e razoabilidade.

7 (TRT – 15 REGIÃO FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO) Sobre os princípios da Administração Pública, é correto afirmar:

- a) O art. 37 da Constituição Federal não é taxativo, pois, outros princípios existem, previstos em leis esparsas, ou, mesmo, não expressamente contemplados no direito objetivo, aos quais se sujeita a Administração Pública.
- b) Segundo o princípio da legalidade, a Administração pode fazer tudo o que a lei não proíbe.
- c) O princípio da especialidade é concernente à ideia da centralização administrativa.
- d) O princípio da autotutela significa o controle que a Administração exerce sobre outra pessoa jurídica por ela mesma instituída.
- e) O princípio da continuidade do serviço público é a possibilidade de reeleição dos chefes do poder executivo.

8 (TRT – 15 REGIÃO FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO) Sobre os princípios da Administração Pública, considere:

- I. O princípio da publicidade, previsto na Constituição Federal, exige a ampla divulgação, sem exceção, de todos os atos praticados pela Administração Pública.
- II. A regra estabelecida na Lei nº 9.784/99 de que o processo administrativo deve observar, dentre outros critérios, o atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei, traduz o princípio da supremacia da prevalência do interesse público.
- III. Os princípios da eficiência e da impessoalidade, de ampla aplicação no Direito Administrativo, não estão expressamente previstos na Constituição Federal.
- IV. O princípio da fundamentação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de seus atos e decisões.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- a) I, II e III.
- b) II e IV.
- c) II e III.
- d) III.
- e) IV.

9 (TRT – 15 REGIÃO FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO) O princípio da autotutela significa que a Administração Pública

- a) exerce o controle sobre seus próprios atos, com a possibilidade de anular os ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos, independentemente de recurso ao Poder Judiciário.
- b) sujeita-se ao controle do Poder Judiciário, que pode anular ou revogar os atos administrativos que forem inconvenientes ou inoportunos.
- c) Direta fiscaliza as atividades das entidades da Administração Indireta a ela vinculadas.
- d) Indireta fica sujeita a controle dos órgãos de fiscalização do Ministério do Planejamento mesmo que tenham sido criadas por outro Ministério.
- e) tem liberdade de atuação em matérias que lhes são atribuídas por lei.

10 (TJ- PA FCC 2009 OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR) Sobre os princípios constitucionais da Administração Pública NÃO é correto afirmar que o princípio:

- a) da legalidade traduz a ideia de que a Administração Pública somente tem possibilidade de atuar quando exista lei que a determine ou que a autorize.
- b) da moralidade está ligado à ideia da probidade administrativa, do decoro e da boa-fé.
- c) da impessoalidade também é conhecido como princípio da finalidade.
- d) da publicidade apresenta dupla acepção: exigência de publicação dos atos administrativos em órgão oficial como requisito de eficácia e exigência de transparência da atuação administrativa.
- e) da impessoalidade tem por objetivo assegurar que os serviços públicos sejam prestados com adequação às necessidades da sociedade.

ATOS ADMINISTRATIVOS

1 (FCC / T.R.E. AL /ANALISTA JUDICIÁRIO/ 07.02.2010 /A1 TIPO 1 Questão 31). A publicidade de ato administrativo que produz consequências jurídicas fora do órgão que o emite

- (A) confere-lhe validade perante as partes e terceiros.
- (B) é requisito de eficiência e impessoalidade.
- (C) convalida o ato, ainda que irregular.
- (D) é elemento formativo do ato.
- (E) é sempre necessária, não sendo admitido o sigilo.

2 (FCC / T.R.E. AL /ANALISTA JUDICIÁRIO/ 07.02.2010 /A1 TIPO 1 Questão 33). Certidões, pareceres e o apostilamento de direitos são espécies de atos administrativos

- (A) punitivos.

- (B) negociais.
- (C) ordinatórios.
- (D) normativos.
- (E) enunciativos.

3 (FCC/ T.R.E. AL /TEC. ADMINISTRATIVO / 07.02.2010 /E5 TIPO 1 Questão 39) Sobre o motivo, como requisito do ato administrativo, é INCORRETO afirmar que

- (A) motivo e móvel do ato administrativo são expressões que não se equivalem.
- (B) motivo é o pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao ato administrativo.
- (C) a sua ausência invalida o ato administrativo.
- (D) motivo é a causa imediata do ato administrativo.
- (E) motivo e motivação do ato administrativo são expressões equivalentes.

4 (FCC/ T.R.E. AL /TEC. ADMINISTRATIVO / 07.02.2010 /E5 TIPO 1 Questão 40) A autoexecutoriedade, como um dos atributos do ato administrativo,

- (A) afasta a apreciação judicial do ato.
- (B) existe em todos os atos administrativos.
- (C) é a qualidade do ato que dá ensejo à Administração Pública de, direta e imediatamente, executá-lo.
- (D) significa que a Administração Pública tem a possibilidade de, unilateralmente, criar obrigações para os administrados.
- (E) implica o reconhecimento de que, até prova em contrário, o ato foi expedido com observância da lei.

5 (FCC/ T.R.E. AL /TEC. ADMINISTRATIVO / 07.02.2010 /E5 TIPO 1 Questão 41) Sobre atos administrativos, considere:

I. Ato que resulta da manifestação de um órgão, mas cuja edição ou produção de efeitos depende de outro ato, acessório.

II. Ato que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um único ato.

III. Atos que a Administração impõe coercitivamente aos administrados, criando para eles, obrigações ou restrições, de forma unilateral. Esses conceitos referem-se, respectivamente, aos atos

- (A) compostos, complexos e de império.
- (B) de império, coletivos e externos.
- (C) complexos, compostos e de gestão.
- (D) complexos, coletivos e individuais.
- (E) compostos, externos e individuais.

6 (FCC / AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO / ASS.LEG.SP. 4-4-2010/ Questão 41). A imperatividade, enquanto atributo do ato administrativo, traz como consequência a

(A) produção de efeitos do ato, enquanto não decretada a sua invalidade ou nulidade.

(B) imposição a terceiros, independentemente de sua concordância, dos atos que estabelecem obrigações.

(C) possibilidade de execução pela própria Administração, independentemente da intervenção do Poder Judiciário.

(D) não necessidade de enquadramento do ato em determinada forma pré-estabelecida.

(E) aplicação, em situações concretas, do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.

7 (FCC / AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO / ASS.LEG.SP. 4-4-2010/ Questão 42) A convalidação dos atos administrativos é

(A) sempre possível, independentemente do vício de origem.

(B) obrigatória quando a nulidade é sanável, operando seus efeitos apenas a partir da prática do ato saneador.

(C) possível em relação a atos praticados com vício de conteúdo, porém não com vício de motivação.

(D) possível apenas em relação a atos praticados com vício de finalidade ou motivação.

(E) possível em relação a atos praticados com vício de competência, exceto quando o ato for de competência privativa de autoridade diversa da que o praticou.

8 (FCC / AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO – LICITAÇÃO / ASS. LEG. SP./ 4.4.2010 / Questão 48). A revogação dos atos administrativos

(A) pode ser declarada tanto pela Administração como pelo Poder Judiciário, desde que provocado por qualquer cidadão mediante a propositura de Ação Popular.

(B) enseja que os efeitos retroajam à data da constituição do ato revogado.

(C) caracteriza-se como um ato administrativo vinculado, na medida em que a Administração, em face do princípio da indisponibilidade do interesse público, é obrigada a revogar os atos inconvenientes ou inoportunos.

(D) caracteriza-se como um ato administrativo discricionário, pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência.

(E) pode ser declarada pela própria autoridade que praticou o ato ou por aquela que tenha poderes para dele conhecer, de ofício ou por via de recurso, e somente quando identificado vício em relação a objeto, forma ou finalidade.

9 (FCC / PROCURADOR / ASS. LEG. SP./ 4.4.2010 / Questão 56) A revogação do ato administrativo

(A) insere-se na esfera do poder discricionário da administração Pública.

(B) opera efeitos *ex tunc*, isto é, a partir da vigência do ato revogatório.

(C) pode ocorrer mesmo que o ato administrativo já se tenha exaurido.

(D) emanado do Poder Legislativo pode ser feita pelo Poder Judiciário, se houver provocação do interessado.

(E) nunca gera direito à indenização.

10 (FCC / ADVOGADO TRAINEE / METRO/ xx-3-2010 / Questão 49). Quanto ao ato administrativo, é INCORRETO afirmar:

(A) A inexistência da forma induz a inexistência do ato administrativo.

(B) A finalidade é elemento vinculado de todo ato administrativo, seja ele discricionário ou regrado.

(C) A alteração da finalidade expressa na norma legal ou implícita no ordenamento da Administração caracteriza o desvio de poder a invalidar o ato administrativo.

(D) A revogação ou a modificação do ato administrativo não é vinculada, motivo pelo qual é prescindível a obediência da mesma forma do ato originário.

(E) A motivação é, em regra, obrigatória, só não sendo quando a lei a dispensar ou se a natureza do ato for com ela incompatível.

11 (FCC / AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS / SEFAZ-RO / PROVA TIPO 1 / Questão 88). Com relação à classificação dos atos administrativos, quanto à formação da vontade, em regra, a nomeação do Procurador Geral da República e a deliberação de um Conselho são atos administrativos

(A) complexos.

(B) complexo e simples, respectivamente.

(C) simples.

(D) compostos.

(E) composto e simples, respectivamente.

12 (TRE – PI FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO – TAQUIGRAFIA) Constituem requisitos do ato administrativo:

a) finalidade, presunção de legitimidade e forma.

b) finalidade, motivo e presunção de legitimidade.

c) motivo, imperatividade e auto-executoriedade.

d) objeto, auto-executoriedade, presunção de legitimidade.

e) competência, finalidade e forma.

13 (TRE – PI FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO – TAQUIGRAFIA) A licença, a autorização e a permissão são espécies de atos

a) normativos.

b) negociais.

c) ordinatórios.

d) enunciativos.

e) punitivos.

14 (TRE – PI FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO – TAQUIGRAFIA) Sobre a revogação do ato administrativo, é **correto afirmar que**

a) existem atos que são irrevogáveis.

b) não é privativo da Administração que praticou o ato revogado.

c) a revogação produz efeitos a partir da data do ato revogado.

d) a revogação tem fundamento no poder vinculado.

e) o Judiciário pode revogar ato administrativo emanado do Poder Executivo, se for provocado.

15 (TRT – 15 REGIÃO FCC 2009 TÉCNICO JUDICIÁRIO) Quanto à discricionariedade e vinculação do ato administrativo, é **correto que**

a) ato discricionário é aquele em que o administrador tem certa liberdade de escolha, especialmente quanto à conveniência e oportunidade.

b) discricionariedade e arbitrariedade são expressões sinônimas.

c) no ato vinculado a lei estabelece quase todos os requisitos e condições de sua realização, deixando pouca margem de liberdade ao administrador.

d) quanto aos elementos competência e finalidade do ato administrativo a lei pode deixar à livre apreciação da autoridade tanto no ato discricionário quanto no ato vinculado.

e) o Poder Judiciário pode apreciar o ato administrativo quanto aos aspectos da conveniência e oportunidade.

16 (TRT – 15 REGIÃO FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO) Sobre a extinção do ato administrativo, é **correto afirmar:**

a) O ato administrativo extingue-se por cumprimento dos seus efeitos; pelo desaparecimento do sujeito ou objeto e pela retirada, que se verifica por várias maneiras.

b) Anulação, ou invalidação, do ato administrativo é o seu desfazimento por razões de conveniência e oportunidade.

c) Incompetência e incapacidade são vícios que atingem o ato administrativo, quanto à forma, e que justificam a sua anulação ou invalidação.

d) A revogação do ato administrativo pode ser decretada pelo Poder Judiciário, se for provocado pelo interessado.

e) A revogação do ato administrativo no âmbito da Administração, não pode ser feita por quem o praticou.

17 (TRT – 15 REGIÃO FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO) A anulação do ato administrativo

- a) pode ser feita por conveniência e oportunidade.
- b) pode se feita tanto pela Administração quanto pelo Poder Judiciário.
- c) não pode ser feita pelo Poder Judiciário, mesmo que provocado pelo interessado.
- d) vale a partir da decisão anulatória, não retroagindo os seus efeitos.
- e) é privativa da autoridade no exercício de função administrativa.

18 (TRT – 15 REGIÃO FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO) Sobre os atributos dos atos administrativos, é **INCORRETO** afirmar:

- a) A imperatividade é uma das características que distingue o ato administrativo do ato de direito privado.
- b) A auto-executoriedade não existe em todos os atos administrativos.
- c) Imperatividade consiste na possibilidade que certos atos administrativos ensejam de imediata e direta execução pela Administração Pública, independentemente de ordem judicial.
- d) A presunção de legitimidade é qualidade inerente a todo o ato da Administração Pública.
- e) A presunção de veracidade diz respeito aos fatos, isto é, em decorrência dele, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela Administração.

19 (TRT-16 REGIÃO FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO) Quando se fala em ato administrativo discricionário, **quer dizer que**

- a) o controle judicial é impossível, pois, a autoridade tem liberdade de atuação na prática do ato administrativo.
- b) a lei deixa certa margem de liberdade de decisão para a autoridade, diante do caso concreto, de forma que ela poderá optar por uma dentre várias soluções possíveis.
- c) a autoridade competente tem arbitrariedade para atuar, podendo, desde que justificadamente, ultrapassar os limites estabelecidos na lei.
- d) a autoridade tem liberdade de atuação quanto à finalidade, em sentido estrito, do ato administrativo.
- e) na parte referente à conveniência, a autoridade não tem liberdade de escolha, devendo obedecer ao que dispõe a lei.

20 (TRT – 16 REGIÃO FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO) João, como autoridade competente do Tribunal Regional do Trabalho, previamente autorizado, cedeu, gratuitamente, o uso de uma sala no imóvel desse Tribunal para o funcionamento de um serviço de utilidade pública. Um mês depois, verificou que o usuário da referida sala não tinha poderes para firmar o ajuste e desprovido de qualquer habilitação

para o serviço, caracterizando um ato ilegal. Nesse caso, João deverá

- a) anular o ato em face das razões de oportunidade e conveniência, e não por eventual ilegalidade, facultando-se pelos efeitos ex tunc ou ex nunc.
- b) revogar o ato tendo em vista a ilegalidade desse ato administrativo, que vai gerar efeitos em tunc.
- c) revogar o ato, que é ilegal, e, em face das razões de oportunidade e conveniência, que vai gerar efeitos ex nunc.

d) anular o ato tendo em vista a ilegalidade desse ato administrativo, o qual produzirá efeitos ex tunc.

e) requerer à Presidência desse Tribunal que revogue o ato administrativo, por ser inconveniente e ilegal, facultando-se pelos efeitos ex nunc ou ex tunc.

21 (TRT – 16 REGIÃO FCC 2009 TÉCNICO JUDICIÁRIO) Determinada Prefeitura Municipal pretende realizar obras de urbanização no entorno da área onde está localizado o imóvel do Tribunal Regional do Trabalho. Nesse caso, é **correto afirmar que**

a) não caberá ao Judiciário dizer se tais obras são ou não prioritárias ou urgentes, podendo apenas invalidar os atos manifestamente ilegais, resultantes de abuso de poder ou desvio de finalidade.

b) o ato tem natureza de vinculação, visto que a oportunidade à conveniência dessas obras estão sempre atreladas à lei, cabendo ao administrador proceder de forma estrita, ainda que presente o interesse coletivo.

c) a discricionariedade do administrador municipal é plena, afastando-se quaisquer limites quanto à legalidade ou ao interesse público, por ser uma prerrogativa própria e imprescindível do cargo.

d) o administrador municipal não poderá praticar os atos relacionados a essa obra com liberdade de escolha de seu conteúdo e do modo de sua realização sem a prévia autorização do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.

e) sendo um ato de natureza discricionária por parte do Município, não terá o administrador municipal qualquer margem de liberdade para escolher essa ou aquela conduta, salvo instaurar o processo de urbanização.

22 (ESTADO – SP FCC 2009 ESPECIALISTA EM POLÍTICAS) Um ato administrativo que viesse a criar direitos, impor obrigações ou prescrever sanções afrontaria o princípio da

- a) publicidade.
- b) probidade administrativa.
- c) impessoalidade.
- d) moralidade.

e) legalidade.

23 (ESTADO – SP FCC 2009 ESPECIALSITA EM POLÍTICAS) Em relação às espécies de ato administrativo, é **correto afirmar**:

a) Aprovação é ato unilateral e vinculado via do qual a Administração exerce o controle de outro ato administrativo, antes ou depois de o mesmo ter sido praticado.

b) Certidão é ato de natureza constitutiva de direito ou de obrigação expedida pela autoridade competente.

c) Autorização é ato administrativo unilateral e vinculado por meio do qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade.

d) Homologação é ato unilateral e vinculado mediante o qual a Administração reconhece a legalidade de ato ou de procedimento administrativo.

e) Licença é ato administrativo unilateral e discricionário pelo qual a Administração faculta ao particular o desempenho de atividade material, em princípio vedada.

24 (TJ – PA FCC 2009 AUXILIAR JUDICIÁRIO) A respeito dos requisitos, ou elementos, do ato administrativo, considere:

I. Competência é o poder legal conferido ao agente público para o desempenho específico das atribuições de seu cargo.

II. Delegação de competência é o ato pelo qual o superior hierárquico traz para si o exercício temporário de parte da competência atribuída originariamente a um subordinado.

III. Motivo é a situação de direito ou de fato que determina ou autoriza a realização do ato administrativo.

É correto o que se afirma em

a) I e II, apenas.

b) I e III, apenas.

c) I, II e III.

d) II e III, apenas.

e) III, apenas.

25 (TJ – PA FCC 2009 AUXILIAR JUDICIÁRIO) Sobre a discricionariedade e vinculação do ato administrativo, é **correto que**:

a) estabelecendo a Lei nº 8.112/90 que as férias podem ser parceladas em até três etapas, se assim o requerer o servidor e no interesse da administração pública, o agente que defere o parcelamento está praticando ato vinculado.

b) a vinculação significa que a lei estabelece os requisitos e condições da realização do ato,

ressalvadas a oportunidade e a conveniência da sua prática.

c) em razão da discricionariedade ficam dispensados de cumprimento os princípios da impessoalidade na prática do ato administrativo.

d) na vinculação, uma vez atendidas as condições legais, o ato tem que ser realizado; faltando qualquer elemento exigido na lei torna-se impossível sua prática.

e) a discricionariedade do ato significa que o administrador pode praticar o ato administrativo com liberdade de escolha quanto ao seu conteúdo e destinatário, mas não quanto à conveniência.

26 (TJ – PA FCC 2009 AUXILIAR JUDICIÁRIO) Com referência às espécies do ato administrativo, considere:

I. Atos ordinatórios são atos administrativos internos, que visam a disciplinar o funcionamento da Administração e a conduta funcional dos seus agentes.

II. As circulares internas, os avisos e as ordens de serviço são exemplos de atos normativos.

III. Nos atos negociais encontra-se presente o atributo da imperatividade.

É correto o que se afirma APENAS em

a) I.

b) I e II.

c) II e III.

d) II.

e) III.

27 (TJ – PA FCC 2009 AUXILIAR JUDICIÁRIO) Sobre os requisitos e atributos do ato administrativo é **correto afirmar**:

a) a imperatividade é atributo presente em todos os atos administrativos.

b) finalidade é requisito discricionário de qualquer ato administrativo.

c) autoexecutoriedade consiste na possibilidade que certos atos administrativos ensejam de imediata e direta execução pela própria Administração, independentemente de ordem judicial.

d) a forma escrita é da essência do ato administrativo, não sendo admitida outra forma.

e) nem todo ato administrativo tem por objeto a criação, modificação ou comprovação de situações jurídicas concernentes a pessoas, coisas ou atividades sujeitas à ação do Poder Público.

28 (TJ – PA FCC 2009 AUXILIAR JUDICIÁRIO) A anulação do ato administrativo NÃO pode ocorrer

- a) por questão de mérito administrativo.
- b) nos atos vinculados.
- c) com efeito retroativo, valendo a anulação a partir da data da sua decretação.
- d) por iniciativa da própria Administração.
- e) por determinação do Poder Judiciário, mesmo que provocado pelo interessado.

29 (TJ – PA FCC 2009 AUXILIAR JUDICIÁRIO) Tocante à revogação e extinção do ato administrativo emanado do Poder Executivo, é **correto afirmar que:**

- a) verifica-se a extinção natural quando desaparece o próprio objeto do ato praticado.
- b) a revogação pode ser determinada pelo Poder Judiciário à vista da ilegalidade do ato.
- c) o Poder Judiciário pode revogar o ato por inconveniente se for provocado por terceiro prejudicado.
- d) ocorre a extinção subjetiva quando se verifica o cumprimento normal dos efeitos do ato.
- e) a revogação é ato exclusivo da Administração e tem cabimento quando o ato tornou-se inoportuno ou inconveniente.

30 (TCE – PI FCC 2009 ASSESSOR JURÍDICO) Dos elementos do ato administrativo classicamente apontados por parte considerável da doutrina administrativista, a finalidade, o objeto e o motivo assumem sentidos diferentes, **podendo-se afirmar que:**

- a) o motivo consiste no efeito jurídico imediato que o ato administrativo produz e a finalidade consiste no efeito mediato.
- b) o objeto consiste no efeito jurídico imediato que o ato administrativo produz e o motivo consiste no efeito mediato.
- c) o motivo antecede a prática do ato administrativo, enquanto que a finalidade a sucede, correspondendo a algo cujo alcance é pretendido pela Administração.
- d) o objeto consiste no efeito jurídico mediato que o ato administrativo produz e deve ser lícito, possível e determinado.
- e) a validade do ato administrativo não se vincula aos motivos eventualmente indicados pela Administração como seu fundamento quando a lei não exigir tal motivação.

31 (TCE – PI FCC 2009 ASSESSOR JURÍDICO) Quanto às classificações dos atos administrativos encontradas na doutrina, a distinção feita entre atos de império e atos de gestão adota o critério

- a) dos efeitos.
- b) dos destinatários.

- c) da liberdade de ação.
- d) das prerrogativas.
- e) da retratabilidade.

32 (TCE – PI FCC 2009 ASSESSOR JURÍDICO) A convalidação

- a) produz efeitos retroativos à data em que foi praticado o ato administrativo.
- b) consiste na validação concomitante de no mínimo dois atos administrativos relacionados entre si quanto ao objeto.
- c) consiste na reposição ao mundo jurídico de um ato administrativo anteriormente declarado inoportuno e inconveniente.
- d) não é possível em casos de vício de competência.
- e) depende da apreciação jurisdicional para ser aplicada aos atos administrativos.

33 (POLÍCIA MILITAR – BA FCC 2009 POLÍCIA MILITAR) No tocante à classificação dos Atos Administrativos, com relação aos efeitos, considera ato constitutivo

- a) a homologação.
- b) a licença.
- c) a anulação.
- d) as certidões.
- e) a permissão.

34 (TCE – PI FCC 2009 ASSESSOR JURÍDICO) O controle do Poder Judiciário sobre os atos administrativos compreende análise dos aspectos de

- a) moralidade e conveniência.
- b) conveniência e eficiência.
- c) oportunidade e publicidade.
- d) legalidade e mérito.
- e) legalidade e moralidade.

35 (MRE FCC 2009 OFICIAL DE CHANCELARIA) As portarias, as autorizações e as resoluções são consideradas, respectivamente, espécies de atos administrativos;

- a) normativos, ordinatórios e negociais.
- b) punitivos, ordinatórios e normativos.
- c) normativos, negociais e ordinatórios.
- d) ordinatórios, negociais e normativos.
- e) ordinatórios, normativos e negociais.

1 (FCC/ T.R.E. AL /TEC. ADMINISTRATIVO / 07.02.2010 /E5 TIPO 1 Questão 46). Antonia, servidora pública federal, recebeu R\$ 1.000,00 (um mil reais) a título de diárias. Entretanto, atendendo a ordens superiores, não houve necessidade de afastar-se da sede. **Nesse caso, no que se refere às diárias, Antonia**

- (A) ficará obrigada a restituí-las, integralmente, no prazo de cinco dias.
- (B) deverá restituí-las, pela metade, no prazo de cinco dias.
- (C) não deverá restituí-las, por ter cumprido ordens superiores.
- (D) poderá compensar um terço do valor como dias trabalhados, mas restituindo o saldo.
- (E) deverá restituí-las, de imediato, no valor de dois terços e o restante até trinta dias.

2 (FCC/ T.R.E. AL /TEC. ADMINISTRATIVO / 07.02.2010 /E5 TIPO 1 Questão 47). Eduardo, técnico judiciário do Tribunal Regional Eleitoral teve duas faltas, posteriormente justificadas, durante o mês de dezembro de 2009, em razão de enchentes provocadas por chuvas intensas. **Nesse caso, é correto afirmar que as faltas justificadas decorrentes de**

- (A) casos fortuitos não poderão ser compensadas, face a continuidade do serviço público, mas serão consideradas como efetivo exercício.
- (B) força maior devem ser compensadas pela autoridade, mas não poderão ser consideradas como efetivo exercício.
- (C) caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.
- (D) caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas, desde que assim entenda o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, mas não consideradas como efetivo exercício.
- (E) força maior serão obrigatoriamente compensadas pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e consideradas como efetivo exercício.

3 (FCC/ T.R.E. AL /TEC. ADMINISTRATIVO / 07.02.2010 /E5 TIPO 1 Questão 48). Analise as penalidades previstas para as condutas abaixo, praticadas por servidores públicos federais.

- I. Milton está sendo responsabilizado por incontinência pública.
- II. Vânia está sendo responsabilizada por retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, vários documentos da secretaria do órgão público.

Nesses casos, serão passíveis, respectivamente, das penas de

- (A) suspensão e advertência.
- (B) demissão e suspensão.
- (C) suspensão e multa.

(D) destituição do cargo e multa.

(E) demissão e advertência.

4 (FCC / ADVOGADO TRAINEE / METRO/ xx-3-2010 / Questão 50). Em tema de responsabilidade dos servidores públicos, considere:

I. Praticando conduta que configure infração administrativa, que acarrete dano à Administração e seja tipificada como crime, o servidor público estará sujeito às consequências civis, administrativas e penais, pois têm elas fundamento e natureza diversos.

II. Não incide responsabilidade civil, salvo a penal e administrativa, para aquele que exerce, mesmo transitoriamente ou sem remuneração, mandato, cargo ou função em órgão estatal, pela prática de improbidade administrativa.

III. A pena de suspensão significa o não exercício das atribuições funcionais por certo tempo, com percepção dos vencimentos correspondentes ao cargo.

IV. O curso do prazo prescricional para a atuação disciplinar da Administração, interrompe-se na data do conhecimento da autoria da infração e suspende-se com a instauração do processo disciplinar.

V. Toda sanção disciplinar há de estar associada a uma infração, a uma conduta que traduz descumprimento de dever ou inobservância de proibição, de natureza funcional.

É correto o que consta APENAS em

- (A) III e V.
- (B) II e IV.
- (C) I e V.
- (D) I, II e III.
- (E) III, IV e V.

5 (TRE – PI FCC 2009 TÉCNICO JUDICIÁRIO) Tício, servidor público estável do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí no cargo de Técnico Judiciário Área Administrativa, foi aprovado em concurso público para o cargo de Analista Judiciário do mesmo Tribunal. Porém, Tício foi inabilitado no estágio probatório relativo ao cargo de Analista. Neste caso, Tício será

- a) reintegrado ao cargo de Técnico.
- b) exonerado de ambos os cargos.
- c) revertido ao cargo de Técnico.
- d) reconduzido ao cargo de Técnico.
- e) demitido de ambos os cargos.

6 (TRE – PI FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO – TAQUIGRAFIA) No tocante aos Servidores Públicos, considere as seguintes assertivas:

I. A União instituirá regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

II. A União manterá escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

III. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

IV. Lei da União disciplinará a aplicação de recursos orçamentários dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade do serviço público.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e IV.
- b) I e III.
- c) I, III e IV.
- d) II e III.
- e) II, III e IV

7 (TRE – PI FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO – TAQUIGRAFIA) João era Analista Judiciário do Tribunal Regional Federal da 3ª Região quando foi demitido em razão da aplicação irregular de dinheiro público. Após dois anos da efetivação de sua demissão, João pretende inscrever-se no concurso público para o cargo de Analista Judiciário de especialidade taquigrafia do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí. Neste caso, em razão da demissão ocorrida quando funcionário do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, João

- a) não poderá retornar ao serviço público federal.
- b) só poderá ser investido em novo cargo público federal após três anos da demissão.
- c) só poderá ser investido em novo cargo público federal após cinco anos da demissão.
- d) só poderá ser investido em novo cargo público federal após dez anos da demissão.
- e) poderá ser investido em novo cargo público federal, uma vez que se passaram dois anos da demissão.

8 (TRE – PI FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO – TAQUIGRAFIA) A respeito das responsabilidades, considere:

- I. A responsabilidade civil decorre somente de ato comissivo doloso que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
- II. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

III. Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

IV. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
- b) I, II e IV.
- c) I, III e IV.
- d) II e III.
- e) II, III e IV.

9 (TRE – PI FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO – TAQUIGRAFIA) De acordo com a Lei nº 8.112/90, na reversão, o servidor que retornar à atividade por interesse da administração perceberá, em substituição aos proventos da aposentadoria, a remuneração

- a) do cargo que voltar a exercer, com exceção das vantagens de natureza pessoal que percebia anteriormente à aposentadoria.
- b) do cargo que voltar a exercer, inclusive com as vantagens de natureza pessoal que percebia anteriormente à aposentadoria.
- c) que recebia a título de aposentadoria acrescida somente com as vantagens do cargo que voltar a exercer.
- d) que recebia a título de aposentadoria acrescida somente com as vantagens de natureza pessoal que recebia anteriormente à aposentadoria.
- e) que recebia a título de aposentadoria acrescida com as vantagens do cargo que voltar a exercer, bem como com as de natureza pessoal que recebia anteriormente à aposentadoria.

10 (TRT – 15 REGIÃO FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO) Lívia, 61 anos de idade é servidora pública civil da União. Assim, poderá ela se aposentar voluntariamente com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, desde que cumprido tempo mínimo de

- a) cinco anos de efetivo exercício no serviço público e dez no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- b) oito anos no cargo público efetivo em que se dará a aposentadoria.
- c) dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- d) quinze anos de efetivo exercício no serviço público.
- e) doze anos contados da posse no cargo público inicial e seis no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, alternada ou ininterruptamente.

11 (TRT – 15 REGIÃO FCC 2009 TÉCNICO JUDICIÁRIO) Sobre o vencimento e a remuneração disciplinados na Lei nº 8.112/90, é **correto afirmar que**

- a) remuneração é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
- b) o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.
- c) o servidor poderá receber remuneração inferior ao salário mínimo.
- d) o servidor perderá a remuneração do dia em que faltar ao serviço, mesmo por motivo justificado.
- e) é vedada consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, em qualquer hipótese.

12 (TRT – 15 REGIÃO FCC 2009 TÉCNICO JUDICIÁRIO) A licença para desempenho de mandato classista, prevista na Lei nº 8.112/90, está condicionada, dentre outras, à seguinte regra:

- a) Durante a licença o servidor receberá metade da sua remuneração.
- b) A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada, no caso de reeleição, e por duas vezes.
- c) Para entidades com até 5.000 associados, o limite é de dois servidores.
- d) Para entidades com mais de 30.000 associados, o limite é de seis servidores.
- e) Somente poderão ser licenciados servidores eleitos para cargos de direção ou representação nas entidades, desde que cadastradas no Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.

13 (TRT – 15 REGIÃO FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO) Sobre as vantagens que podem ser pagas ao servidor, previstas na Lei nº 8.112/90, é **correto que**

- a) os adicionais, por serem devidos a todos os servidores, não são considerados vantagens.
- b) as gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, em quaisquer hipóteses e condições.
- c) as indenizações incorporam-se ao vencimento ou provento para qualquer efeito.
- d) as vantagens pecuniárias não serão computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.
- e) a ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do servidor, conforme se dispuser em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a 6 (seis) meses.

14 (TRT – 15 REGIÃO FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO) Sobre as responsabilidades do servidor, previstas na Lei nº 8.112/90, considere:

- I. Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.
- II. A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores até o segundo grau e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
- III. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada em qualquer caso de absolvição criminal.

Está correto o que se afirma **SOMENTE** em

- a) I.
- b) I e II.
- c) II.
- d) II e III.
- e) III.

15 (TRT – 15 REGIÃO FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO) Ressalvada a hipótese de reincidência, a pena de suspensão prevista na Lei nº 8.112/90, é cabível quando o servidor

- a) participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.
- b) recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.
- c) cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias.
- d) atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro.
- e) cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado.

16 (TRT – 16 REGIÃO FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO) Em relação aos servidores públicos, é **INCORRETO** afirmar:

- a) Os servidores estatutários estão sujeitos a regime estatutário e exercem cargos públicos.
- b) Os militares têm vínculo estatutário e submetem-se a regime jurídico próprio.
- c) Os cargos e empregos públicos, ressalvadas exceções legalmente previstas, são privativos de brasileiros natos ou naturalizados.

d) Os empregados públicos são contratados sob o regime da legislação trabalhista.

e) Os servidores temporários exercem função, sem vínculo a cargo ou emprego público.

17 (TRT – 16 REGIÃO FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO) Raul, servidor público federal do Tribunal Regional do Trabalho, vem acumulando licitamente dois cargos efetivos. Nesta oportunidade está sendo investido em cargo de provimento em comissão. Nesse caso,

a) ficará afastado de ambos os cargos efetivos, inclusive na hipótese que houver compatibilidade de horário e local com o exercício deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos envolvidos.

b) não será necessário o afastamento desses cargos efetivos, uma vez que o provimento se deu regularmente por concurso público de provas e títulos, sendo irrelevante a compatibilidade de horário ou local.

c) ficará afastado de apenas um dos cargos efetivos, mesmo que não esteja presente a compatibilidade de horários e local com o exercício desse cargo, cuja declaração compete ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

d) não será necessário o afastamento dos cargos efetivos, ainda que em horários e locais incompatíveis com o cargo de provimento em comissão, que por ser de livre provimento e exoneração não gera impedimento.

e) ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos envolvidos.

18 (TRT – 16 REGIÃO FCC 2009 TÉCNICO JUDICIÁRIO) Victor foi nomeado técnico judiciário junto ao Tribunal Regional do Trabalho. Entretanto na data de publicação do ato de provimento Victor encontrava-se afastado servindo no juri, na qualidade de jurado. Nesse caso, o prazo legal para sua posse

a) continuará de dez dias, permitida a procuração com poderes gerais.

b) não sofrerá qualquer alteração quanto ao seu início e término.

c) será prorrogado por mais trinta dias, sendo vedada a procuração.

d) será contado do término do impedimento.

e) será alterado para quinze dias contados da data do julgamento.

19 (TRT – 16 REGIÃO FCC 2009 TÉCNICO JUDICIÁRIO) Frederico, após exercer o cargo de técnico judiciário pelo período de 35 anos, aposentou-se por tempo de serviço. Posteriormente, teve cassada a sua aposentadoria, quando se apurou que

estava em débito com o erário. Nesse caso, Frederico deverá quitar o débito

a) no prazo legal de sessenta dias, sendo que a não quitação do débito dentro do prazo, implicará sua inscrição em dívida ativa.

b) no prazo de trinta dias, improrrogável, sendo que a não quitação do débito nesse prazo, implica na sua inscrição em dívida passiva.

c) caso seja obrigado por decisão judicial, sendo que a não quitação do débito implicará em arresto de seus proventos.

d) no prazo marcado pela administração pública, sob pena de ser instaurado processo administrativo disciplinar para a penhora de sua remuneração.

e) dentro do prazo de noventa dias, sendo que pela não quitação do débito no prazo legal sofrerá penalidade estatutária de destituição do cargo.

20 (ESTADO – SP FCC 2009 ESPECIALISTA EM POLÍTICAS) Em conformidade com a interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal ao caput do artigo 39 da Constituição Federal, o regime jurídico dos servidores públicos

a) pode ser celetista para os servidores das Autarquias e Fundações Públicas e deve ser estatutário, para os servidores da Administração direta.

b) deve ser adotado para empregados de empresas públicas que desenvolvem atividade econômica em regime de monopólio.

c) deve ser único para os servidores da Administração direta, das Autarquias e das Fundações Públicas.

d) pode ser estendido, por lei, aos empregados de sociedades de economia mista que exploram atividade econômica em regime de concorrência com a iniciativa privada.

e) deve ser o mesmo para servidores de Fundações Públicas, sejam de Direito Público ou de Direito Privado.

21 (TJ – PA FCC 2009 AUXILIAR JUDICIÁRIO) A questão refere-se ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis - Lei nº 5.810/94. **Considere as seguintes licenças:**

I. por motivo de doença em pessoa da família;

II. para o serviço militar e outras obrigações previstas em lei;

III. para tratar de interesse particular;

IV. para atividade política ou classista, na forma da lei;

V. por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro.

Ao servidor ocupante de cargo em comissão NÃO serão concedidas APENAS as licenças indicadas em

- a) II e V.
- b) I, II e III.
- c) I, II e IV.
- d) III, IV e V.
- e) III e V.

22 (TJ – PA FCC 2009 AUXILIAR JUDICIÁRIO) A questão refere-se ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis - Lei nº 5.810/94. Com relação às Diárias, **é correto afirmar:**

- a) O servidor que não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituir integralmente o valor das diárias recebidas, no prazo de trinta dias.
- b) será concedida por dia de afastamento, sendo devida pelo terço, quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede.
- c) no arbitramento não será considerado o local para o qual foi deslocado o funcionário, devendo ser observada a tabela padrão de pagamento do Tribunal.
- d) caberá a concessão pela metade, quando o deslocamento do servidor constituir exigência permanente do cargo.
- e) serão pagas antecipadamente e isentam o servidor da posterior prestação de contas.

23 (TJ – PA FCC 2009 AUXILIAR JUDICIÁRIO) A questão refere-se ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis - Lei nº 5.810/94. Considere as afirmativas abaixo a respeito das responsabilidades.

- I. Em regra, não há responsabilidade civil do servidor decorrente de ato omissivo culposo que resulte em prejuízo ao erário.
- II. Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.
- III. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.
- IV. A obrigação de reparar dano causado por servidor não se estende aos sucessores, tratando-se de obrigação personalíssima decorrente de cargo ou emprego público.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) III e IV.
- b) I, II e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) II, III e IV.

24 (MPE – SE FCC 2009 ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO) De acordo com a Constituição Federal, o limite de remuneração aplicável aos servidores públicos do Poder Executivo estadual é

- a) 90,25% (noventa vírgula vinte e cinco por cento) do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- b) 90,25% (noventa vírgula vinte e cinco por cento) do subsídio do Governador do Estado.
- c) o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- d) o subsídio do Governador do Estado.
- e) o subsídio de Desembargador do Tribunal de Justiça.

25 (MPE – SE FCC 2009 TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO) O servidor público estável perderá o cargo

- a) por doença incapacitante ou de grave risco de contágio infeccioso.
- b) em virtude de sentença judicial, mesmo que pendente de recurso.
- c) mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- d) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho e comportamento, na forma de lei ordinária.
- e) por incompatibilidade ideológica com o chefe da repartição.

26 (MPE – SE FCC 2009 TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO) Em relação aos cargos, empregos e funções públicas, estabelece a Constituição que

- a) o servidor público civil não tem direito à livre associação sindical.
- b) são acessíveis aos estrangeiros na forma da lei.
- c) a investidura em emprego público não depende de aprovação prévia em concurso público.
- d) o prazo de validade dos concursos públicos é de dois anos, vedada, em qualquer hipótese, sua prorrogação.
- e) a remuneração dos servidores públicos federais é fixada ou alterada por Decreto do Presidente da República.

27 (MPE – SE FCC 2009 TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO) É permitida a acumulação remunerada de cargos públicos quando houver compatibilidade de horários no caso de

- a) dois cargos técnicos ou científicos.
- b) dois cargos de professor com outro, técnico ou científico.

c) três cargos de professor.

d) dois cargos técnicos com um cargo de professor.

e) dois cargos privativos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas.

28 (MPE – SE FCC 2009 TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO) NÃO é hipótese de recebimento de gratificação por periculosidade o exercício, pelo servidor público do Estado de Sergipe, de função que

a) compreenda o manuseio de materiais inflamáveis ou explosivos.

b) compreenda o convívio com doentes portadores de quaisquer moléstias.

c) o ponha em contato com doentes mentais comprovadamente perigosos.

d) implique o desempenho de atividade de fiscalização tributária nos postos fiscais do Estado.

e) o ponha em contato direto com população carcerária.

29 (MPE – SE FCC 2009 TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO) A remuneração por meio de subsídio em parcela única é obrigatória para

a) os Ministros dos Tribunais Superiores, os Desembargadores do Tribunal de Justiça e os juízes equivalentes em nível Municipal.

b) o chefe do Poder Executivo e respectivos auxiliares, bem como os dirigentes superiores das entidades da administração indireta.

c) os detentores de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais.

d) o membro de Poder, os detentores de mandato eletivo e os ocupantes de cargo de chefia ou comissão.

e) o Presidente da República, os Governadores de Estado e os Prefeitos Municipais, apenas.

30 (MPE – SE FCC 2009 TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO) O servidor público titular de cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade após

a) decorridos 3 (três) anos de exercício do cargo, independentemente de qualquer outra formalidade, ou após aprovação em avaliação especial de desempenho, se dispensado do estágio probatório.

b) sua regular aprovação em concurso público.

c) decorridos 3 (três) anos de exercício do cargo, independentemente de qualquer outra formalidade.

d) decorridos 3 (três) anos de exercício do cargo, se aprovado em avaliação especial de desempenho.

e) aprovação em avaliação especial de desempenho e regular exercício do estágio probatório, a qualquer tempo.

31 (MPE -SE FCC 2009 ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO) O regime disciplinar do servidor público, estabelecido de acordo com a Lei Federal nº 8.112/90, estabelece que

a) a suspensão não poderá exceder 90 (noventa) dias e será aplicada em caso de reincidência de faltas punidas com advertência, ou de infração não sujeita a penalidade de demissão.

b) a penalidade de advertência, aplicada verbalmente, é cabível quando não caracterizada inobservância de dever funcional de natureza grave.

c) a demissão será aplicada apenas nas hipóteses de crime contra a administração pública e improbidade administrativa.

d) o servidor que, injustificadamente, se recusar a ser submetido a inspeção médica será punido com advertência.

e) a penalidade de suspensão poderá, a critério do servidor, ser convertida em multa.

32 (MPE -SER FCC 209 ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO) De acordo com a Lei federal nº 8.112/90, a nomeação de servidor público federal, em caráter efetivo, far-se-á para cargos

a) efetivos e em comissão, sempre precedida de concurso público.

b) de provimento efetivo ou de carreira, sempre precedida de concurso público.

c) de carreira, efetivos ou funções de confiança.

d) exclusivamente de carreira, precedida ou não de concurso público.

e) permanentes e temporários, precedida de concurso público.

33 (MPE – SE FCC 2009 ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO) A respeito das vantagens do servidor público federal, nos termos da Lei federal nº 8.112/90, é correto afirmar que

a) as indenizações somente se incorporam aos vencimentos nas hipóteses previstas em lei.

b) as indenizações incorporam-se aos vencimentos para todos os efeitos, não podendo ser suprimidas em face do princípio da irredutibilidade salarial.

c) a diária é a única vantagem de caráter indenizatório que se incorpora aos vencimentos.

d) as gratificações e as indenizações, de qualquer natureza, não se incorporam aos vencimentos.

e) as gratificações e os adicionais incorporam-se aos vencimentos e proventos, nas hipóteses previstas em lei.

34 (PGE – RJ FCC 2009 TÉCNICO SUPERIOR DE PROCURADORIA) A garantia da estabilidade,

conferida aos servidores públicos após 3 (três) anos de efetivo exercício,

a) impede a extinção do cargo respectivo, salvo por meio de lei.

b) é aplicável tanto aos servidores efetivos, quanto aos servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão.

c) é compatível com a demissão por razões disciplinares, mesmo por meio de simples processo administrativo, assegurada a ampla defesa.

d) impede a redução de vencimentos ou subsídios, ressalvadas as exceções constitucionais.

e) prescinde de prévia avaliação de desempenho para ser concedida.

35 (PGE – RJ FCC 2009 TÉCNICO SUPERIOR DE PROCURADORIA) São direitos comuns aos trabalhadores urbanos e aos servidores públicos:

a) duração do trabalho normal não superior a oito horas, décimo terceiro salário com base na remuneração integral e fundo de garantia do tempo de serviço.

b) irredutibilidade de salário, piso salarial e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.

c) repouso semanal remunerado, remuneração do serviço extraordinário e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.

d) irredutibilidade de salário, licença-gestante e o gozo de férias anuais remuneradas.

e) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, seguro-desemprego e adicional de remuneração para as atividades penosas insalubres.

36 (PGE – RJ FCC 2009 TÉCNICO SUPERIOR DE PROCURADORIA) Tendo em vista o regime estatutário dos servidores públicos e o regime previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, que disciplina as relações de trabalho dos empregados públicos, é correto afirmar:

a) Os servidores públicos titulares de cargo em comissão estão vinculados ao regime geral de previdência social e ao regime jurídico laboral da Consolidação das Leis do Trabalho.

b) Os Estados e os Municípios que optarem por contratar seu pessoal sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho não podem derrogar normas desse regime jurídico, para adaptá-las a situações de interesse público, ainda que relevantes.

c) Os empregados públicos de empresas públicas que exploram atividade econômica e recebem recursos públicos do Estado para custeio submetem-se à Consolidação das Leis Trabalhistas e não à regra constitucional que veda a acumulação remunerada de empregos, cargos ou funções.

d) Se houver consenso entre os servidores públicos estatutários e a Administração Pública a qual se subordinam são juridicamente admitidas alterações no regime jurídico que os vincula.

e) O provimento derivado vertical, por promoção, em cargo efetivo de carreira deve ser precedido de concurso público.

37 (DPE – MA FCC 2009 DEFENSOR PÚBLICO) No que concerne às normas constitucionais sobre servidores públicos, tem-se que

a) é permitida a equiparação de vencimentos entre carreiras paradigmas, desde que dentro da mesma esfera política.

b) é permitida a acumulação remunerada de dois cargos privativos em carreiras jurídicas paradigmas, desde que dentro da mesma esfera política e observados os requisitos legais.

c) os vencimentos percebidos pelo Defensor Público estadual não podem exceder o subsídio mensal do Governador do Estado.

d) os cargos em comissão que devem ser preenchidos por servidores de carreira, nos limites legais, são restritos às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

e) a proibição de acumulação de cargos e empregos não se estende à Administração Indireta, exceto no que se refere às funções públicas.

38 (TCE – PI FCC 2009 ASSESSOR JURÍDICO) A Administração Pública de determinado município, em regular processo administrativo, apurou a responsabilidade de servidor público celetista por prejuízos por ele causados ao erário público em razão de conduta culposa. Para ressarcimento desses prejuízos, a municipalidade pretende realizar, nos próximos meses, desconto nos vencimentos do servidor, para pagamento parcelado do valor total do dano. Sob o ponto de vista jurídico-administrativo, esta conduta pretendida pela Administração Pública municipal é

a) inadmissível, dado o caráter alimentar dos estipêndios de servidores públicos.

b) inadmissível, pois não se enquadra em nenhuma das exceções expressas à regra constitucional da irredutibilidade dos vencimentos.

c) inadmissível, pois necessário o devido processo judicial para o desconto em folha de pagamento.

d) admissível se, na ausência de lei dispondo a respeito, o servidor concordar com os descontos.

e) admissível desde que posteriormente confirmada por sentença judicial.

39 (MRE FCC 2009 OFICIAL DE CHANCELARIA) NÃO é considerada regra deontológica, dentre outras, destinada ao servidor público civil do Poder Executivo federal:

a) A publicidade de todo e qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.

b) O servidor deve prestar toda a atenção às ordens legais de seus superiores, velando por seu cumprimento e evitando conduta negligente, sendo que o descaso e o acúmulo de desvios revelam imprudência no desempenho funcional.

c) Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.

d) Toda pessoa tem direito à verdade, motivo pelo qual o servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.

e) A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina, sendo que tratar mal uma pessoa que paga seus tributos é causa de dano moral.

40 (MRE FCC 2009 OFICIAL DE CHANCELARIA) É correto anuir com a assertiva seguinte:

a) O período de afastamento do servidor federal para missão ou estudo no Exterior não excederá a 4 (quatro) anos, prorrogável, desde que imediato, sem interrupção e por um período de mais 2 (dois) anos.

b) Ao servidor público federal beneficiado com afastamento para estudo no exterior, em qualquer hipótese, poderá ser concedida exoneração antes de decorrido período igual ao do referido afastamento.

c) O afastamento de servidor público federal, para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere, dar-se-á com perda total da remuneração.

d) As hipóteses, condições de tempo, forma e remuneração previstas na lei que dispõe sobre o regime jurídico único do servidor público federal, aplicam-se por extensão aos servidores do judiciário, dos Tribunais de Contas e da carreira diplomática.

e) O servidor do Poder Executivo federal, titular de cargo efetivo, à exceção dos ocupantes de cargo em comissão, ou que estejam em estágio probatório, poderão ausentar-se do País para missão oficial por autorização do Poder Legislativo.

41 (MRE FCC 2009 OFICIAL DE CHANCELARIA) É certo que;

a) ao servidor ocupante de cargo efetivo investido em função de assessoramento ou de cargo de provimento em comissão de Natureza Especial não é devida retribuição pelo seu exercício.

b) o servidor público federal que se afastar em caráter transitório para o exterior fará jus a passagens e diárias, destinadas à indenização de despesas

extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção.

c) a compensação de despesas de instalação do servidor público federal que, no interesse do serviço, passa a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio, em caráter definitivo, é denominada de auxílio-moradia.

d) o servidor público federal que realizar despesas com a utilização de qualquer meio de locomoção, seja próprio, de terceiros ou do Poder Público para a execução de serviços externos, faz jus ao auxílio-transporte.

e) o ressarcimento das despesas realizadas pelo servidor público federal com aluguel ou meio de hospedagem administrado por empresa hoteleira, no prazo de um mês, não havendo imóvel funcional, é denominado de ajuda de custo.

LEI FEDERAL Nº 9.784/99

1 (FCC / TCM-PARÁ/ Téc.Cont. Externo/ 17.01.2010 /A1 TIPO 3 Questão 29). Sobre os princípios do processo administrativo, considere:

I. Princípio que assegura a possibilidade de instauração do processo por iniciativa da Administração, independentemente de provocação do administrado.

II. Princípio que garante ao administrado que se sentir lesado com a decisão administrativa propor recursos hierárquicos até chegar à autoridade máxima da organização administrativa.

III. Princípio segundo o qual muitas das infrações administrativas não são descritas com precisão na lei. Esses conceitos referem-se, respectivamente, aos princípios da

(A) oficialidade, da economia processual e da ampla defesa.

(B) oficialidade, da pluralidade de instâncias e da atipicidade.

(C) economia processual, da pluralidade das instâncias e da oficialidade.

(D) publicidade, da ampla defesa e da oficialidade.

(E) ampla defesa, da oficialidade e da pluralidade das instâncias.

2 (FCC/ T.R.E. AL /TEC. ADMINISTRATIVO / 07.02.2010 /E5 TIPO 1 Questão 49). Míriam, na qualidade de parte e como titular de direitos, em processo administrativo que tramita junto ao Tribunal Regional Eleitoral, interpôs recurso cabível. Nesse caso, o recurso deve ser conhecido, ainda que,

(A) tenha ocorrido o esgotamento da esfera administrativa.

(B) seus interesses sejam indiretamente afetados pela decisão recorrida.

(C) não seja detentora de legitimidade recursal.

(D) o recurso tenha sido interposto fora do prazo legal.

(E) o recurso tenha sido interposto perante órgão incompetente.

3 (FCC/ T.R.E. AL /TEC. ADMINISTRATIVO / 07.02.2010 /E5 TIPO 1 Questão 50). Órgão administrativo e seu titular, do Tribunal Regional Eleitoral, por não haver impedimento, pretendem delegar parte de sua competência a outro órgão ou titular de sua estrutura administrativa. **Nesse caso, o titular do órgão delegante deve saber que poderá ser objeto de delegação, entre outros,**

- (A) a decisão de recursos administrativos.
- (B) as matérias de competência exclusiva do órgão.
- (C) a edição de atos de caráter normativo.
- (D) a edição de atos de natureza negocial.
- (E) as matérias de competência exclusiva da autoridade, somente.

4 (TRE – PI FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO – TAQUIGRAFIA) De acordo com a Lei nº 9.784/99, em determinado processo administrativo poderá ser arguida a suspeição de autoridade ou servidor que

- a) tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante.
- b) tenha interesse direto ou indireto na matéria.
- c) tenha amizade íntima ou inimizade notória com parente de terceiro grau do interessado.
- d) seu cônjuge tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante.
- e) esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

5 (TRE – PI FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO – TAQUIGRAFIA) De acordo com a Lei nº 9.784/99, com relação a forma, tempo e lugar dos atos do processo **é correto afirmar:**

- a) Em regra, inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de cinco dias.
- b) Em regra, o reconhecimento de firma será exigido em todos os documentos privados.
- c) Em regra, os atos do processo administrativo dependem de forma predeterminada.
- d) A autenticação de documentos exigidos em cópia não poderá ser feita pelo órgão administrativo, havendo expressa vedação legal.
- e) Os atos já iniciados e não terminados no horário normal de funcionamento e cujo adiamento prejudique o curso regular do procedimento deverão ser concluídos no primeiro dia útil posterior ao adiamento.

6 (TRT – 15 REGIÃO FCC 2009 TÉCNICO JUDICIÁRIO) De acordo com a Lei nº 9.784/99, NÃO é impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade

a) que esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

b) que venha a participar como testemunha.

c) cujo parente de quarto grau tenha participado como testemunha.

d) cujo cônjuge tenha participado como perito.

e) que tenha interesse direto ou indireto na matéria.

7 (TRT – 15 REGIÃO FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO) Dentre os critérios a serem observados no processo administrativo, segundo a Lei nº 9.784/99, NÃO se inclui

a) divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.

b) objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades.

c) impulsão, de ofício, do processo administrativo, com prejuízo da atuação dos interessados.

d) proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei.

e) adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados.

8 (TRT – 15 REGIÃO FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO) Sobre a competência, no âmbito do processo administrativo regulado pela Lei nº 9.784/99, é certo que

a) ela é irrenunciável.

b) a decisão de recursos administrativos pode ser objeto de delegação, desde que para autoridade imediatamente subordinada.

c) o ato de delegação dispensa a publicação em meio oficial se for expressamente cientificada a autoridade delegada e seus subordinados.

d) o ato de delegação é irrevogável antes de completar 01 ano da sua expedição.

e) é vedada a avocação de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

9 (MRE FCC 2009 OFICIAL DE CHANCELARIA) Com relação à Lei nº 9.784/99, é INCORRETO afirmar:

a) As sanções a serem aplicadas por autoridade competente terão natureza pecuniária ou consistirão em obrigação de fazer ou de não fazer, assegurado sempre o direito de defesa.

b) Os processos administrativos específicos reger-se-ão pela lei mencionada, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública

Federal, com aplicação subsidiária ou costumeira das leis revogadas.

c) Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de três dias úteis, mencionado-se data, hora e local de sua realização.

d) O recurso administrativo não será conhecido, dentre outros casos, quando interposto perante órgão incompetente ou após exaurida a esfera administrativa.

e) A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que for atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.

10 (TRT – 15 REGIÃO FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO) A intimação no processo administrativo regulado pela Lei nº 9.784/99 para ciência da decisão ou para a efetivação de diligências, subordina-se dentre outras, à seguinte regra:

a) No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial.

b) Não há necessidade de constar informação sobre a continuidade do processo independentemente do comparecimento do intimado, porque ela decorre da lei.

c) Deve ser observada a antecedência mínima de dois dias úteis quanto à data de comparecimento.

d) Não pode ser efetuada por via postal nem por telegrama.

e) O desatendimento da intimação importa no reconhecimento da verdade dos fatos.

11 (TRT – 16 REGIÃO FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO) Sobre o impedimento e suspeição para atuar no processo administrativo, nos termos da Lei nº 9.784/99, considere:

I. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que esteja litigando judicial ou administrativamente com cônjuge ou companheiro do interessado.

II. A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento pode continuar atuando no processo, desde que comunique o fato ao seu superior hierárquico.

III. A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta média, para efeitos disciplinares.

IV. O indeferimento de alegação de suspeição pode ser objeto de recurso, porém sem efeito suspensivo.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) II e III.

b) II, III e IV.

c) I, II e IV.

d) I e II.

e) I e IV.

12 (TRT – 16 REGIÃO FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO) De acordo com a Lei nº 9.784/1999, no processo administrativo NÃO é dever do administrado perante a Administração:

a) não agir de modo temerário.

b) formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.

c) prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

d) expor os fatos conforme a verdade.

e) proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.

13 (MPE – SE FCC 2009 ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO) Determinado servidor público foi condenado em processo administrativo, no qual lhe foi assegurada ampla defesa, à pena de demissão, pelo recebimento de propina. Tratando-se, também, de crime contra a Administração, foi instaurado o competente processo criminal, no qual o servidor foi absolvido em função do reconhecimento da inexistência material do delito de recebimento de propina. Diante da decisão no processo criminal, a decisão administrativa deverá ser

a) anulada, tendo em vista que a decisão administrativa fundou-se na prática do delito.

b) anulada, porque qualquer absolvição em sede penal deve repercutir na decisão administrativa.

c) mantida, em razão da autonomia das instâncias penal e administrativa.

d) mantida, pois diversos são os requisitos materiais do ilícito administrativo e do delito.

e) mantida, porque a absolvição em sede penal somente repercute na esfera administrativa quando fundada na negativa de autoria do fato.

14 (PGE – RJ FCC 2009 TÉCNICO SUPERIOR – ADMINISTRADOR) No processo administrativo é permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a

a) avocação temporária de competência exclusiva do órgão ou autoridade superior.

b) avocação definitiva de competência atribuída a órgão da mesma hierarquia.

c) delegação de competência para a edição de atos de caráter normativo.

d) avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

e) delegação de competência para a decisão de recursos administrativos.

15 (TCE – PI FCC 2009 ASSESSOR JURÍDICO)

Consideradas as tendências atuais do Direito Administrativo brasileiro, é possível vislumbrar, no âmbito do processo administrativo, a incidência do princípio da

a) economia processual, que, em conjunto com o princípio da inafastabilidade da apreciação jurisdicional, fundamenta a dispensa da fase de defesa na esfera administrativa.

b) autotutela, segundo o qual os atos da Administração Pública estão sujeitos ao controle interno, sendo vedado o controle jurisdicional.

c) coisa julgada material, segundo o qual o ato resultante de processo administrativo regular não poderá ser revogado pela Administração Pública.

d) participação popular, que funciona como mecanismo de controle da Administração Pública, como no caso dos direitos constitucionais de petição e de informação.

e) inércia, segundo o qual a iniciativa da instauração e do desenvolvimento do processo administrativo compete aos particulares interessados, não à Administração Pública.

LICITAÇÕES

1. (FCC / TCM-PARÁ/ Téc.Cont. Externo/ 17.01.2010 /A1 TIPO 3 Questão 23). Nos termos da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993), é dispensável a licitação para a

(A) contratação de serviços técnicos profissionais, como: pareceres, perícias e avaliações; fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.

(B) contratação de serviços de profissional especializado para patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas.

(C) aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.

(D) contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

(E) aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.

2. (FCC / TCM-PARÁ/ Téc.Cont. Externo/ 17.01.2010 /A1 TIPO 3 Questão 27). De acordo com a Lei de Licitações, a utilização da modalidade convite ou tomada de preços, conforme o caso, para parcelas de

uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de tomada de preços ou concorrência, respectivamente, é

(A) permitida apenas se demonstrada a impossibilidade de realização da licitação cabível.

(B) vedada, exceto para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço.

(C) sempre permitida, ficando ao alvedrio da autoridade competente optar entre a licitação mais abrangente e o fracionamento.

(D) absolutamente vedada, não se admitindo nenhuma exceção.

(E) permitida em qualquer hipótese, desde que devidamente justificada.

3. (FCC / T.R.E. AL /ANAL. ADMINISTRATIVO / 07.02.2010 /B2 TIPO 1 Questão 30). São princípios da licitação expressamente citados na Lei nº 8.666/93, dentre outros,

(A) julgamento objetivo, competitividade e sigilo das propostas.

(B) vinculação ao instrumento convocatório, competitividade e sigilo das propostas.

(C) adjudicação compulsória, competitividade e igualdade.

(D) proibidade administrativa, julgamento objetivo e igualdade.

(E) proibidade administrativa, sigilo das propostas e adjudicação compulsória.

4. (FCC/ T.R.E. AL /TEC. ADMINISTRATIVO / 07.02.2010 /E5 TIPO 1 Questão 42). A regra prevista na Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) segundo a qual a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada, traduz o princípio da

(A) legalidade.

(B) vinculação ao instrumento convocatório.

(C) impessoalidade.

(D) moralidade.

(E) igualdade.

5. (FCC/ T.R.E. AL /TEC. ADMINISTRATIVO / 07.02.2010 /E5 TIPO 1 Questão 43). NÃO se incluem dentre as modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666/93, a de

(A) leilão, a de concurso e a de menor preço.

(B) menor preço, a de convite e a de leilão.

(C) concorrência, a de concurso e a de convite.

(D) melhor técnica, a de convite e a de técnica e preço.

(E) menor preço, a de melhor técnica e a de técnica e preço.

6. (FCC/ T.R.E. AL /TEC. ADMINISTRATIVO / 07.02.2010 /E5 TIPO 1 Questão 45). Sobre as hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação previstas na Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), considere:

I. É dispensável a licitação para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.

II. É dispensável a licitação para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional.

III. É dispensável a licitação para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

IV. É inexigível a licitação na contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

V. É inexigível a licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.

(B) I, III e V.

(C) II, III e V.

(D) II, IV e V.

(E) III e IV.

7. (FCC / AGENTE TÊC. LEG. DIREITO / ASS. LEG. SP./ 4-4-2010 / Questão 51). O prévio procedimento licitatório é a regra geral aplicável às contratações efetuadas pela Administração, sendo porém dispensado, nos termos da Lei federal nº 8.666/93,

(A) para a contratação de serviços de publicidade e divulgação.

(B) para a alienação de ações, que podem ser negociadas em Bolsa de Valores, observada a legislação pertinente.

(C) quando não acudirem interessados nas licitações anteriores, instauradas para o mesmo objeto, e desde que realizadas por, no mínimo, três vezes.

(D) para alienação de bens imóveis adquiridos em processo judicial ou por dação em pagamento.

(E) nas hipóteses de inviabilidade de competição, em face da existência de fornecedor exclusivo ou marca de preferência da Administração.

8. (FCC / AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO – LICITAÇÃO / ASS. LEG. SP./ 4.4.2010 / Questão

51). O Poder Público adjudicou, em sede de execução fiscal, alguns imóveis que pertenciam a empresa devedora de tributos. Pretende, então, aliená-los onerosamente para satisfação de seu crédito. Para tanto,

(A) poderá realizar licitação sob a modalidade de pregão, tendo em vista que a aquisição se deu em sede de ação judicial, o que justifica a celeridade.

(B) deverá realizar licitação sob a modalidade de leilão, para os imóveis situados em área urbana, e sob a modalidade de concorrência, para aqueles que se localizam em áreas rurais.

(C) deverá realizar licitação sob a modalidade de concorrência, precedida de pregão eletrônico para pré-qualificação dos interessados.

(D) poderá realizar licitação sob a modalidade de leilão, não obstante também possa fazê-lo sob a modalidade de concorrência.

(E) deverá realizar licitação sob a forma de concorrência, facultado fazê-lo sob a forma de pregão para os imóveis de valor inferior ao montante do débito tributário que será pago com o produto da venda.

9. (FCC / AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO – LICITAÇÃO / ASS. LEG. SP./ 4.4.2010 / Questão 52). A licitação para alienação de bens móveis pela Administração Pública poderá ser dispensada, dentre outras hipóteses, para

(A) venda de ações, que poderão ser negociadas em Bolsa, nos termos da legislação pertinente.

(B) doação de títulos mobiliários, independentemente de avaliação prévia em se tratando de pessoa jurídica integrante da mesma esfera de governo.

(C) permuta de bens excedentes de aquisição anterior, com empresa particular produtora de outros produtos de interesse da Administração Pública.

(D) venda de participação acionária em empresa pública, independentemente de negociação em Bolsa e da realização de avaliação prévia por entidade idônea.

(E) doação de bens excedentes de aquisição anterior se a compra tiver sido realizada sem licitação.

10. (FCC / AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO – LICITAÇÃO / ASS. LEG. SP./ 4.4.2010 / Questão 53). Em relação aos entes integrantes da Administração direta e indireta é correto afirmar ser obrigatória a adoção do procedimento de licitação em relação a órgãos da administração

(A) direta e autarquias, dispensada a exigência do procedimento para empresas públicas e sociedades de economia mista.

(B) direta e Indireta, excluídas as sociedades de economia mista e as fundações de direito público.

(C) direta e Indireta, incluídas as empresas públicas e as sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica, não obstante estas possam adotar procedimento próprio para tanto, observados os princípios da Administração Pública.

(D) direta, exclusivamente, dispensado o procedimento para as sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica.

(E) direta e, nos casos de órgãos da Administração indireta, somente quando for aplicável o procedimento sob a modalidade de concorrência.

11. (FCC / AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO – LICITAÇÃO / ASS. LEG. SP./ 4.4.2010 / Questão 54). A Administração Pública iniciou procedimento de licitação para aquisição de computadores para suas repartições. O procedimento tramitou regularmente, saindo-se vencedora determinada empresa. Antes, contudo, da homologação da licitação e adjudicação do objeto à vencedora do certame, a Administração Pública foi informada de que receberia, em virtude de dano em pagamento regularmente efetuada, volume superior ao licitado de bens semelhantes ao que pretendia adquirir. Considerando a fase em que se encontrava o procedimento de licitação, a Administração

(A) deverá revogar a licitação, em razão da identificação de vício de ilegalidade superveniente.

(B) deverá anular a licitação, em razão da identificação de vício de ilegalidade superveniente.

(C) poderá revogar a licitação, por razões de conveniência e oportunidade, em face da perda de interesse na aquisição dos bens.

(D) poderá anular a licitação, por razões de conveniência e oportunidade, em face da perda de interesse na aquisição dos bens.

(E) poderá solicitar a substituição dos bens por outros materiais em relação aos quais ainda haja demanda para a aquisição.

12. (FCC / AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO – LICITAÇÃO / ASS. LEG. SP./ 4.4.2010 / Questão 55). Determinada empresa estatal será submetida à operação de venda de controle acionário, mostrando-se necessária a contratação de serviços técnicos de auditoria e prospecção de mercado, para apuração da liquidez e valor dos bens. Pretende-se contratar empresa renomada para tanto, o que poderia ser viabilizado por meio de instauração de procedimento específico para a declaração de

(A) inexigibilidade de licitação, bastando, para tanto, a demonstração de notória especialização.

(B) dispensa de licitação, uma vez demonstrada que a necessidade de atendimento da finalidade específica é condicionante da contratação da empresa determinada.

(C) inexigibilidade de licitação, com a comprovação de consagração pelo setor especializado.

(D) dispensa de licitação, uma vez demonstrada a notória especialização e desde que o valor não ultrapasse o limite legalmente estabelecido para a contratação de obras e serviços sob a modalidade de convite (R\$ 150.000,00).

(E) inexigibilidade de licitação, com a demonstração da notória especialização da contratada e da singularidade do serviço a ser prestado.

13. (FCC / AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO – LICITAÇÃO / ASS. LEG. SP./ 4.4.2010 / Questão 56). O princípio da adjudicação compulsória que informa o procedimento de licitação expressa-se pelo direito

(A) subjetivo, conferido ao vencedor da licitação para assinatura do contrato, vedada a revogação ou anulação do procedimento.

(B) conferido ao vencedor do certame de que o objeto do contrato não seja atribuído a outrem enquanto for válido o procedimento.

(C) conferido ao vencedor do certame para assinatura do contrato, podendo, inclusive, indicar terceiro para se sub-rogar nesse direito, em razão de sua natureza de direito real.

(D) conferido à Administração de compulsoriamente alterar parte do objeto da contratação, ainda que findo o procedimento licitatório.

(E) subjetivo, conferido ao segundo colocado no certame para exigir a assinatura do contrato pelo valor de sua proposta no caso de não comparecimento do vencedor para receber o objeto do contrato.

14. (FCC / AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO – LICITAÇÃO / ASS. LEG. SP./ 4.4.2010 / Questão 57). É modalidade de licitação cabível apenas para a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, bem como preferencialmente adequada à contratação de serviços técnicos profissionais especializados, mediante estipulação prévia de prêmio ou remuneração:

(A) pregão.

(B) convite.

(C) pré-qualificação.

(D) habilitação.

(E) concurso.

15. (FCC / AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO – LICITAÇÃO / ASS. LEG. SP./ 4.4.2010 / Questão 58). Em relação à concorrência para alienação de imóveis, tem-se como peculiaridade da habilitação, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, restringir-se a

(A) apresentação de documentos que comprovem a qualificação econômico-financeira do licitante.

(B) apresentação de documentação comprobatória da regularidade fiscal do imóvel e do licitante.

(C) classificação das propostas para aquisição do imóvel, desde que tenha sido providenciada pré-qualificação dos licitantes.

(D) comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 5% (cinco por cento) da avaliação.

(E) pré-qualificação dos licitantes, invertendo-se a fase de classificação das propostas.

16. (FCC / AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO – LICITAÇÃO / ASS. LEG. SP./ 4.4.2010 / Questão 60). A observância do princípio da ampla defesa expressa-se, dentre outras hipóteses, pela possibilidade de apresentação de recursos

administrativos em várias das fases do procedimento de licitação. Em relação às modalidades de recurso previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, é correto afirmar:

(A) Admite-se a interposição de recurso apenas até a fase de julgamento das propostas.

(B) Ao recurso interposto nos casos de habilitação ou inabilitação é conferido efeito suspensivo.

(C) Ao recurso interposto na fase de julgamento das propostas é vedado conferir efeito suspensivo, a fim de evitar o prolongamento indevido do procedimento.

(D) Aos recursos previstos para interposição em qualquer fase do procedimento de licitação a autoridade competente deverá atribuir efeito suspensivo, mediante requerimento do interessado.

(E) É vedada a apresentação de recurso administrativo na fase de habilitação, devendo eventual licitante inabilitado recorrer às medidas judiciais cabíveis.

17. (FCC / PROCURADOR / ASS. LEG. SP./ 4.4.2010 / Questão 57). A dispensa de licitação

(A) incide nas hipóteses em que houver impossibilidade de competição.

(B) caracteriza-se pela circunstância de que, em tese, poderia ser realizado o procedimento, mas que, dadas as peculiaridades do caso, o legislador decidiu não torná-lo obrigatório.

(C) pode ocorrer fora das hipóteses previstas na lei, desde que a autoridade competente fundamente a sua decisão.

(D) é possível, dentre outras hipóteses, para a aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.

(E) para a contratação de artista exige que ele seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

18. (FCC / AGENTE LEGISLATIVO DE SERVIÇOS TEC. E ADM./ ASS. LEG. SP./4-4-2010/ Questão 36).

A modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, denomina-se

(A) tomada de preço.

(B) concorrência.

(C) convite.

(D) concurso.

(E) leilão.

19. (FCC / AGENTE LEGISLATIVO DE SERVIÇOS TEC. E ADM./ ASS. LEG. SP./4-4-2010/ Questão 37).

Na contratação de obras e serviços de engenharia, a tomada de preço é adotada para valores

(A) até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

(B) até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

(C) até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

(D) até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

(E) acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

20. (FCC / AGENTE LEGISLATIVO DE SERVIÇOS TEC. E ADM./ ASS. LEG. SP./4-4-2010/ Questão 38).

Os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente mediante a avaliação dos bens alienáveis, comprovação da necessidade ou utilidade da alienação e a adoção de procedimento licitatório, sob a modalidade de

(A) tomada de preço ou convite.

(B) concorrência ou convite.

(C) tomada de preço ou leilão.

(D) concorrência ou tomada de preço.

(E) concorrência ou leilão.

21. (FCC / ADVOGADO TRAINEE / METRO/ xx-3-2010 / Questão 51). A Legislação de Regência das Licitações (8.666/93), estabelece, dentre outras hipóteses, que:

(A) quando todos os licitantes forem inabilitados ou a maioria das propostas forem desclassificadas, a administração fica obrigada a fixar aos licitantes o prazo de oito dias para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para cinco dias úteis.

(B) nos casos em que couber convite, a Administração não poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.

(C) além de outras hipóteses, é inexigível a licitação na celebração de contrato de programa com entidade de sua administração direta ou indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.

(D) na compra de bens de natureza divisível ou indivisível e havendo risco de prejuízo para o conjunto, é permitida a cotação de quantidade superior à demandada na licitação, podendo o edital fixar quantitativo resultante da média apurada para preservar a economia de escala.

(E) é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

22. (FCC / AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS / SEFAZ-RO / PROVA TIPO 1 / Questão 86).

Conforme estabelece a Lei nº 8.666/93, o prazo mínimo até o recebimento das propostas ou a realização do evento será de

(A) cinco dias úteis para a licitação na modalidade convite.

(B) trinta dias para a licitação na modalidade concurso.

(C) quarenta e cinco dias para tomada de preços, quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço".

(D) trinta dias para concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral.

(E) trinta dias para a concorrência, quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço".

23 (TRT – 15 REGIÃO FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO) É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial

a) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

b) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

c) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

d) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.

e) para a aquisição de bens ou serviços nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para o Poder Público.

24 (TRT – 15 REGIÃO FCC 2009 TÉCNICO JUDICIÁRIO) Sobre as modalidades de licitação, considere:

I. Modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

II. Modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

III. Modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

IV. Modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

Os conceitos acima se referem, respectivamente, a

a) concorrência, concurso, tomada de preços e leilão.

b) tomada de preços, concorrência, concurso e leilão.

c) leilão, tomada de preços, concorrência e concurso.

d) concurso, concorrência, leilão e tomada de preços.

e) tomada de preços, concorrência, leilão e concurso.

25 (TRT – 15 REGIÃO FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO) Tomada de preços é modalidade de licitação

a) que não pode ser substituída por concorrência.

b) exigível para obras e serviços de engenharia até 2.000.000,00.

c) empregada apenas para obras e serviços de engenharia.

d) entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o quinto dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

e) entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

26 (ESTADO – SP FCC 2009 ESPECIALISTA EM POLÍTICAS) Um vendaval seguido de chuva de granizo devastou uma região urbana de determinado Município e arrebentou a única ponte que dava acesso à população ali residente, que restou desamparada. Dada a gravidade da situação, que punha em risco a segurança dos moradores e de seus bens, o Prefeito viu-se compelido a contratar serviços para a restauração da ponte, imediatamente. Para essa contratação, a licitação é

a) indispensável.

b) dispensável.

c) vedada.

d) desnecessária.

e) inexigível.

27 (MPE- SE FCC 2009 ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO) Na definição do objeto da licitação, a autoridade licitante deverá levar em consideração, tanto quanto possível,

a) o fracionamento quantitativo do objeto da licitação, para permitir a realização de várias licitações idênticas em modalidades mais informais, ou mesmo para viabilizar a dispensa de licitação em razão do seu baixo valor.

b) o interesse subjetivo dos possíveis interessados, permitindo-lhes agir durante a fase interna da licitação e contribuir para a definição das condições do certame.

c) a concentração de diversas atividades em um único certame, ainda que essas atividades sejam técnica e economicamente independentes, de modo a diminuir os custos do procedimento licitatório.

d) os princípios da legalidade e da economicidade, de modo a permitir a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de particular que já tenha vencido certame anterior, com objeto idêntico.

e) a divisão do objeto em tantas parcelas quantas forem técnica e economicamente viáveis, para ampliar a competitividade do certame.

28 (MPE – SE FCC 2009 ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO) Constitui hipótese de dispensa de licitação, nos termos da Lei nº 8.666/93, a

a) permuta de bens móveis e imóveis.

b) contratação de serviços ou aquisição de bens, por entidades da administração direta ou sociedade de economia mista, prestados ou produzidos por entidade integrante da mesma esfera de governo.

c) alienação de ações, que poderão ser negociadas em bolsa de valores, de acordo com a legislação específica.

d) contratação de profissional de notória especialização.

e) contratação de serviços de publicidade.

29 (MPE – SE FCC 2009 ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO) Utiliza-se a modalidade licitatória concorrência

a) apenas para alienação de bens imóveis e móveis acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), sendo incabível para obras, compras e serviços.

b) para compras e serviços acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), obras acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e para alienação de bens imóveis.

c) apenas para obras acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), sendo incabível para compras e serviços.

d) apenas para compras e serviços acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), sendo incabível para obras.

e) apenas para obras acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para compras e

serviços acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), sendo incabível para alienação de bens de qualquer espécie.

30 (MPE – SE FCC 2009 ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO) Em relação às etapas da licitação, é correto afirmar que a

a) inversão das fases de habilitação e julgamento das propostas é admitida apenas na modalidade convite.

b) fase de habilitação deve sempre preceder a de julgamento das propostas, independentemente da modalidade licitatória.

c) inversão de fases de habilitação e de julgamento das propostas é admitida, a critério da comissão de licitação, independentemente da modalidade licitatória.

d) fase de classificação das propostas precede a de habilitação, na modalidade pregão.

e) fase de julgamento das propostas deve sempre preceder a de habilitação, nas modalidades pregão e concorrência pública.

31 (MPE – SE FCC 2009 ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO) Em uma concorrência pública, já ultrapassada a fase de habilitação e abertos os envelopes de proposta dos licitantes, vem ao conhecimento da comissão de licitação um fato superveniente que levaria à inabilitação de um dos licitantes. Nessa situação,

a) somente pela via judicial poderá o referido licitante ser afastado do certame.

b) a Administração deve anular o processo de licitação.

c) o licitante em questão pode ser desclassificado com base em tal fato, sem prejuízo para a validade do processo.

d) o licitante em questão não pode ser desclassificado com base em tal fato, eis que se operou a preclusão.

e) a Administração, embora não possa desclassificar o referido licitante, tem a faculdade de desconsiderar a proposta por ele apresentada.

32 (PGE – RJ FCC 2009 TÉCNICO SUPERIOR DE PROCURADORIA) Após se sagrar vencedora em procedimento licitatório, empresa privada se vê impedida de celebrar contrato com o Estado para o fornecimento de material de escritório, por se encontrar em débito para com o sistema de seguridade social. No caso, à luz da Constituição Federal, o impedimento é

a) improcedente, por haver sido suscitado após a adjudicação do objeto ao licitante vencedor.

b) procedente e se estende ao recebimento de benefícios ou incentivos fiscais.

c) improcedente, na medida em que o procedimento licitatório tem por objetivo selecionar a melhor

proposta, independentemente de haver sido formulada por licitante em débito para com a seguridade social.

d) procedente, porém poderá ser relevado, desde que a empresa firme declaração se comprometendo em regularizar a situação em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

e) improcedente, por se tratar de licitação realizada por Administração Estadual, sendo certo que o débito apontado diz respeito a entidade autárquica federal.

33 (PGE – RJ FCC 2009 TÉCNICO SUPERIOR DE PROCURADORIA) De acordo com a Lei nº 8.666/93, no procedimento licitatório

a) admitem-se apenas os recursos de pedido de esclarecimentos, impugnação e pedido de reconsideração.

b) nenhum recurso terá efeito suspensivo, a não ser que a autoridade administrativa competente assim o receba.

c) não cabe recurso contra o indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral.

d) os prazos recursais serão todos de 3 (três) dias úteis, se a licitação se desenvolver sob a modalidade de carta-convite.

e) o recurso contra a habilitação ou inabilitação dos licitantes terá efeito suspensivo.

34 (PGE – RJ FCC 2009 TÉCNICO SUPERIOR DE PROCURADORIA) Em licitação sob a modalidade concorrência, a Administração tomou conhecimento de que um dos licitantes teve sua falência decretada, em momento posterior à sua habilitação. Diante de tal fato, a empresa foi notificada a prestar esclarecimentos e confirmou a decretação da falência, reconhecendo estar impossibilitada de prestar o serviço objeto da licitação, se vencedora. Já ocorreu a abertura dos envelopes dos concorrentes habilitados, mas não houve homologação nem adjudicação do respectivo objeto. Nesta situação,

a) a licitação deverá ser anulada porque o procedimento apresentou vício insanável, qual seja a habilitação de licitante que deveria ter sido inabilitado.

b) ao licitante em questão deverá ser concedido prazo razoável para providenciar sua recuperação judicial, sem prejuízo da participação nas fases posteriores do certame.

c) o licitante em questão terá, mesmo assim, direito líquido e certo à adjudicação do objeto da licitação, se vencedor.

d) a licitação deverá ser revogada por interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para tanto.

e) o licitante em questão deverá ser desclassificado por motivo superveniente relacionado à habilitação.

35 (PGE – RJ FCC 2009 TÉCNICO SUPERIOR) Considere os itens abaixo:

I. A licitação é inexigível quando houver inviabilidade de competição. É o caso, por exemplo, da existência de um único fornecedor.

II. Os casos de licitação dispensável estabelecidos em lei são taxativos e não exemplificativos.

III. A licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, mesmo contrariando o princípio da isonomia.

IV. A licitação é obrigatória quando o vínculo jurídico com o terceiro configurar cargo ou emprego público.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) III e IV.

b) I e II.

c) I e III.

d) II e III.

e) II e IV.

36 (PGE – RJ FCC 2009 TÉCNICO SUPERIOR – ADMINISTRADOR) Quanto ao procedimento licitatório é correto afirmar:

a) A revogação por interesse público exige a ocorrência de fato superveniente e de motivação.

b) A anulação do procedimento licitatório sempre gera obrigação de indenizar.

c) A licitação não pode ser anulada parcialmente.

d) A anulação por ilegalidade do procedimento depende de determinação judicial.

e) Sempre que existir ilegalidade, o procedimento deve ser revogado.

37 (DPE – MA FCC 2009 DEFENSOR PÚBLICO) O Estado do Maranhão adjudicou, em sede de execução fiscal, um imóvel que pertencia a uma empresa devedora de ICMS. Pretendendo alienar este imóvel com a maior agilidade possível, uma vez autorizada normativamente a transferência onerosa, o Poder Público deve adotar a seguinte modalidade de procedimento licitatório:

a) pré-qualificação.

b) pregão.

c) leilão.

d) tomada de preços.

e) convite.

38 (TCE – PI FCC 2009 ASSESSOR JURÍDICO) De acordo com o disposto na Lei federal nº 8.666/93, é inexigível a licitação para

a) aquisição de gêneros alimentícios perecíveis, durante o tempo necessário à realização da licitação.

b) casos em que comprovada a inidoneidade dos interessados que se apresentaram à licitação anterior.

c) celebração de contratos de prestação de serviços técnicos especializados, de natureza singular, executados por profissionais de notória especialização.

d) aquisição de imóvel indispensável ao atendimento de determinada finalidade precípua da Administração Pública.

e) celebração de contratos de prestação de serviços com organizações sociais para atividades contempladas em contrato de gestão.

39 (TCE – PI FCC 2009 ASSESSOR JURÍDICO) Com fundamento na jurisprudência e na doutrina administrativista, pode-se afirmar que em matéria de licitação NÃO se aplica o princípio

a) da ampla defesa.

b) do julgamento subjetivo.

c) da publicidade.

d) da vinculação ao instrumento convocatório.

e) do sigilo das propostas.

40 (MRE FCC 2009 OFICIAL DE CHANCELARIA) No julgamento das propostas, que deve ser objetivo, a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite, deve realizá-lo em conformidade, entre outros aspectos, com os tipos de licitação. Para os efeitos desse julgamento, constituem tipos de licitação, exceto na modalidade "concurso", a de;

a) tomada de preços e a de maior oferta, em casos de elaboração de projetos, cálculos e engenharia consultiva.

b) concorrência pública e a de menor preço, nos casos de alienação de bens.

c) melhor técnica e a de tomada de preços, para os serviços de natureza intelectual.

d) melhor técnica e de maior lance ou oferta, nos casos de direito real de uso.

e) técnica e preço e a de leilão, nos casos em que o licitante apresentar proposta de acordo com as especificações.

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

1. (FCC / TCM-PARÁ/ Téc.Cont. Externo/ 17.01.2010 /A1 TIPO 3 Questão 22). Sobre os contratos administrativos, é INCORRETO afirmar:

(A) A execução do contrato deve ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração,

vedada a contratação de terceiros ainda que para assisti-lo ou auxiliá-lo.

(B) Nas hipóteses de rescisão unilateral do contrato por razões de interesse público ou pela ocorrência de caso fortuito ou de força maior, a Administração fica obrigada a ressarcir o contratado dos prejuízos comprovados dela decorrentes.

(C) Dada a supremacia do interesse público, que vigora no contrato administrativo, este pode conter, dentre outras, cláusulas de exigência de garantia da execução e de alteração ou rescisão unilateral a favor do contratante.

(D) Os contratos para os quais a lei exige licitação são, em regra, firmados *intuitu personae*, isto é, em razão das condições pessoais do contratado, apuradas no procedimento da licitação.

(E) Uma das peculiaridades do contrato administrativo é a presença de cláusulas exorbitantes.

2. (FCC / T.R.E. AL /ANAL. ADMINISTRATIVO/ 07.02.2010 /B2 TIPO 1 Questão 31). De acordo com a Lei nº 8.666/93, NÃO é causa justificadora da inexecução do contrato administrativo por parte do contratado:

(A) Fato do príncipe.

(B) Força maior.

(C) Os acréscimos que se fizerem nas obras até vinte e cinco por cento do valor inicial atualizado do contrato.

(D) Fato da Administração.

(E) Caso fortuito.

3. (FCC/ T.R.E. AL /TEC. ADMINISTRATIVO / 07.02.2010 /E5 TIPO 1 Questão 44). Sobre a formalização dos contratos administrativos é correto afirmar:

(A) Quando não for obrigatório, o instrumento do contrato pode ser substituído, dentre outros documentos, pela nota de empenho de despesa.

(B) A minuta do futuro contrato não precisa integrar o edital ou ato convocatório da licitação na modalidade tomada de preços.

(C) O contrato verbal com a Administração é permitido na modalidade convite, desde que devidamente justificado pela autoridade competente.

(D) A eficácia do contrato administrativo independe de sua publicação na imprensa oficial.

(E) A ordem de execução de serviço não é instrumento hábil a substituir o instrumento do contrato, mesmo quando este não seja obrigatório.

4. (FCC / AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO – LICITAÇÃO / ASS. LEG. SP./ 4.4.2010 / Questão 41). Uma das características inerentes ao contrato administrativo é a observância da forma prescrita em lei. A esse respeito, é correto afirmar:

(A) O Termo de Contrato não é obrigatório no caso de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, sem obrigações futuras, independentemente do valor.

(B) Nos contratos de prestação de serviços de natureza comum, a autoridade administrativa pode dispensar a lavratura de Termo de Contrato, substituindo-o por Nota de Empenho.

(C) Todos os contratos administrativos precisam ser publicados, na íntegra, no Diário Oficial, no prazo máximo de 20 dias de sua assinatura, sob pena de perder a sua validade.

(D) O contrato vincula-se ao instrumento convocatório relativo ao procedimento licitatório que o precedeu, comportando, todavia, inserção de novas condições específicas que garantam a melhor execução do seu objeto.

(E) O contrato deve fixar o prazo de duração da avença, admitindo-se, contudo, o estabelecimento de prazo indeterminado, quando se tratar de serviços contínuos.

5. (FCC / AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO – LICITAÇÃO / ASS. LEG. SP./ 4.4.2010 / Questão 43). Em um contrato de concessão para exploração de rodovias, o concessionário vencedor da licitação ofertou determinado valor a título de ônus de outorga e, sagrando-se vencedor do certame, passou a explorar a rodovia mediante a cobrança de pedágio em valor fixado pelo poder concedente. No curso do contrato de concessão, sobreveio a fixação de novo tributo incidente sobre o objeto contratual, não existente por ocasião da apresentação das propostas pelos licitantes, tornando mais onerosa a prestação do serviço concedido. Diante deste cenário, o concessionário

(A) pode, unilateralmente, abater das parcelas do ônus fixo devido ao poder concedente o valor correspondente ao impacto da incidência do novo imposto no fluxo de receita previsto no plano de negócios apresentado por ocasião da licitação.

(B) não tem direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, pois a concessão pressupõe a exploração do serviço por conta e risco do concessionário, não se aplicando a regra de manutenção do equilíbrio econômico financeiro própria dos demais contratos administrativos.

(C) não tem direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, pois a criação de novo imposto não é considerada álea econômica extraordinária, fato do príncipe ou fato da administração.

(D) tem direito ao reequilíbrio econômico financeiro, porém apenas no limite do montante correspondente ao valor que deveria pagar ao poder concedente a título de ônus de outorga.

(E) tem direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, que pode dar-se, conforme o caso, pelo aumento do valor da tarifa, pela prorrogação do prazo de concessão ou pelo abatimento das parcelas relativas ao ônus de outorga.

6. (FCC / AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO – LICITAÇÃO / ASS. LEG. SP./ 4.4.2010 / Questão 44). Após a assinatura de contrato para prestação de serviços à Administração pública, o contratado subcontratou parte das atividades inseridas no objeto

do contrato. De acordo com a legislação aplicável, tal conduta é

(A) expressamente vedada, em face da natureza personalíssima do contrato administrativo, ensejando a rescisão do contrato.

(B) vedada, independentemente dos termos do edital e do contrato, por configurar burla ao procedimento licitatório.

(C) lícita, desde que tenha contado com a prévia anuência da Administração, independentemente da previsão expressa no edital e no contrato.

(D) lícita, desde que a possibilidade de subcontratação parcial esteja expressamente prevista no edital e no contrato.

(E) lícita, desde que o subcontratado seja empresa controlada, controladora ou sob controle comum do contratado.

7. (FCC / AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO – LICITAÇÃO / ASS. LEG. SP./ 4.4.2010 / Questão 45). Um dos traços distintivos do contrato administrativo em relação ao contrato de direito privado consiste na presença de cláusulas exorbitantes, podendo citar-se como exemplo a

(A) alteração unilateral do objeto contratual pela Administração.

(B) aplicação de sanções de natureza administrativa, na hipótese de inexecução total ou parcial do contrato.

(C) rescisão unilateral pela Administração, desde que com prévia indenização do contratado pelos prejuízos comprovadamente sofridos.

(D) execução das garantias prestadas pelo contratado, na hipótese de inexecução do contrato, desde que ocorra reiterado descumprimento e que seja aplicada, previamente, a pena de advertência.

(E) paralisação dos pagamentos pela Administração, na hipótese de alocação dos recursos em outra atividade, com obrigação do contratado de manter a execução do contrato, exceto se obtiver autorização judicial para suspensão do mesmo.

8. (FCC / PROCURADOR / ASS. LEG. SP./ 4.4.2010 / Questão 58). Sobre as peculiaridades do contrato administrativo, é INCORRETO afirmar que

(A) as cláusulas exorbitantes expressa ou implicitamente previstas no instrumento do contrato são decorrência do princípio da supremacia do interesse público.

(B) a alteração ou rescisão unilateral por parte da Administração não precisam estar expressamente previstas no instrumento do contrato.

(C) a aplicação das penalidades contratuais diretamente pela Administração resulta do princípio da auto executoriedade.

(D) é absolutamente vedada a *exceptio non adimpleti contractus*.

(E) a ocupação ou utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, em caso de rescisão unilateral,

tem fundamento no princípio da continuidade do serviço público

9. (FCC / PROCURADOR / ASS. LEG. SP./ 4.4.2010 / Questão 59). Sobre as espécies do contrato administrativo, considere:

I. Contratos em que o objeto pactuado consiste em construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de determinado bem público.

II. Contratos que visam a atividade destinada a obter determinada utilidade concreta de interesse da Administração.

III. Contratos em que o contratante comete a outro a condução de um empreendimento, reservando para si a competência decisória final.

Os conceitos acima se referem, respectivamente, aos contratos de

(A) permissão, serviços e obras.

(B) serviços, fornecimento e gerenciamento.

(C) serviços, concessão e permissão.

(D) obras, gerenciamento e permissão.

(E) obras, serviços e gerenciamento.

10. (FCC / AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS / SEFAZ-RO / PROVA TIPO 1 / Questão 87). A respeito da execução dos contratos administrativos, considere:

I. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, vedada a contratação de terceiros para assisti-lo.

II. O contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato.

III. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

IV. O contratado, na execução do contrato, não poderá, em nenhuma hipótese, subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, havendo expressa vedação legal neste sentido.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e III.

(B) I e III.

(C) II e III.

(D) II, III e IV.

(E) II e IV.

11 (TRT – 15 REGIÃO FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO) Sobre as características dos contratos administrativos, considere:

I. As cláusulas exorbitantes, que constituem uma das características do contrato administrativo, são cláusulas que colocam a Administração Pública em

posição de supremacia, conferindo-lhe prerrogativas em relação ao contratado.

II. O princípio da finalidade não está previsto nos contratos da Administração Pública regidos pelo Direito Privado.

III. Obediência à forma prescrita em lei é uma das características dos contratos administrativos.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

a) II.

b) III.

c) I e II.

d) I e III.

e) II e III.

12 (TRT – 15 REGIÃO FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO) O contrato administrativo deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas legais, observadas, dentre outras, a seguinte regra:

a) Executado o contrato, o seu objeto será recebido provisoriamente e, depois, definitivamente, vedado, em qualquer hipótese, o recebimento definitivo sem o provisório.

b) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, vedada a contratação de terceiros ainda que para assisti-lo.

c) A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

d) Na execução do contrato, o contratado pode, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite de 25%, sem necessidade de autorização ou anuência da Administração.

e) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

13 (TRT – 15 REGIÃO FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO) Os contratos administrativos

a) não podem ser rescindidos em razão da inexecução parcial, cabendo, nesse caso, apenas a aplicação de sanções pecuniárias ao contratado.

b) podem ser escritos ou verbais, sendo estes reservados apenas para compras até o valor de R\$ 10.000,00.

c) de valor inferior a R\$ 50.000,00 não precisam ser publicados na imprensa oficial.

d) não podem conter cláusulas exorbitantes.

e) são ajustes que a Administração, agindo nessa qualidade, firma com particular ou com outra entidade administrativa para a consecução de objetivos de interesse público, nas condições estabelecidas pela própria Administração.

14 (ESTADO – SP FCC 2009 ESPECIALISTA EM POLÍTICAS) Como parte no contrato administrativo, a Administração pode

a) rescindi-lo por motivo de força maior ou caso fortuito, ressarcindo o contratado pelos prejuízos regularmente comprovados.

b) extingui-lo por razões de interesse público justificado ao contratado, que, nessa hipótese, não terá direito a qualquer espécie de indenização.

c) rescindi-lo, unilateralmente, pelo cumprimento irregular de suas cláusulas, assistindo ao contratado direito à devolução da garantia e ao pagamento do custo de desmobilização.

d) alterá-lo, unilateralmente, para acrescer ou suprimir partes do objeto, independentemente do valor, no caso de insuficiência orçamentária devidamente comprovada.

e) fiscalizar e gerenciar a execução de seu objeto, sempre por meio de terceiros especialmente contratados.

15 (MPE – SE FCC 2009 ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO) A alteração do contrato administrativo, para recomposição do seu equilíbrio econômico-financeiro,

a) é direito do contratado e pode ser por ele unilateralmente efetuada, dentro dos estritos limites da autorização legal.

b) pode ser efetuada por acordo das partes, mesmo que as condições para essa recomposição não estejam disciplinadas no contrato.

c) é direito do contratado e deve ser efetuada unilateralmente pela Administração, desde que prevista pelo próprio contrato.

d) é direito do contratado, mas depende de acordo entre as partes, podendo ser negado pela Administração por motivos de conveniência e oportunidade.

e) deve ser efetuada por acordo das partes, apenas se o contrato disciplinar as hipóteses e a forma em que essa recomposição deva se conduzir.

16 (PGE – RJ FCC 2009 TÉCNICO SUPERIOR DE PROCURADORIA) A inexecução total ou parcial de contrato dá à Administração Pública a prerrogativa de aplicar sanções de natureza administrativa. Quanto a tais sanções **é correto afirmar que**

a) os recursos administrativos contra a aplicação de penalidades não admitem efeito suspensivo.

b) a pena de multa pode ser aplicada juntamente com qualquer uma das outras.

c) a pena de suspensão temporária para participação em licitação não pode ultrapassar cinco anos.

d) não cabe recurso da aplicação das penas de advertência, multa e suspensão temporária.

e) é permitida a acumulação de sanções administrativas em qualquer hipótese.

17 (PGE – RJ FCC 2009 TÉCNICO SUPERIOR DE PROCURADORIA) A respeito do contrato administrativo, **é correto afirmar que**

a) pode ser rescindido unilateralmente pela Administração por razões de interesse público fundadas e justificadas, sem falta do contratado, caso em que este fará jus à indenização pelos prejuízos comprovados que houver sofrido.

b) a exceção de contrato não cumprido pode ser normalmente invocada pelo contratado, sem necessidade de recurso ao Judiciário.

c) nos casos de interesse público relevante, o prazo de vigência poderá ser indeterminado.

d) é admitida sua alteração unilateral pelo contratado, para melhor execução técnica do projeto ou das especificações.

e) a existência de cláusula contratual de reajuste de preços impede o reequilíbrio econômico-financeiro, quando a Administração altera o projeto ou suas especificações.

18 (PGE – RJ FCC 2009 TÉCNICO SUPERIOR – ADMINISTRADOR) É condição para a eficácia do contrato administrativo

a) a publicação do inteiro teor do instrumento na Imprensa Oficial no prazo de quinze dias úteis após sua assinatura.

b) a sua lavratura em Cartório de Notas, de tudo juntando-se cópia ao processo que lhe deu origem.

c) verbal, a sua comunicação à autoridade que homologou a licitação no prazo de vinte e quatro horas.

d) a publicação do inteiro teor do instrumento no prazo de trinta dias contados de sua assinatura.

e) a publicação resumida do ajuste que deverá ser providenciada até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

19 (PGE – RJ FCC 2009 TÉCNICO SUPERIOR – ADMINISTRADOR) Quando a rescisão do contrato administrativo se verifica independentemente da vontade de qualquer das partes, diante da só ocorrência de fato extintivo do contrato previsto em lei, no regulamento ou no próprio corpo do ajuste, está-se diante da rescisão

a) amigável.

- b) por cumprimento irregular de cláusula contratual.
- c) unilateral.
- d) de pleno direito.
- e) por supressão de obras ou serviços.

20 (DPE – MA FCC 2009 DEFENSOR PÚBLICO) O Poder Público contratou, por meio de regular licitação, a execução de uma obra pública em terreno recentemente desapropriado para esta finalidade. Durante o início das fundações, a empresa contratada identificou focos de contaminação do solo na área. Este fato obriga a realização de trabalhos de descontaminação cujo custo eleva em demasia o preço da obra. Considerando que as partes não tinham conhecimento da contaminação e que, por razões de ordem técnica não poderiam sabê-lo antes, caberá

- a) rescindir o contrato e realizar nova licitação para contratação de empresa para a realização da obra, agora considerado o novo custo.
- b) alterar o contrato para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, observados os requisitos legais.
- c) realizar nova licitação para contratação do serviço de descontaminação do solo, devendo a empresa anteriormente contratada concorrer com terceiros, resguardando-se, no entanto, seu direito de preferência caso haja igualdade de propostas.
- d) rescindir unilateralmente o contrato pela contratada, em face do fato imprevisível, restituindo-se-lhe o valor gasto até então.
- e) realizar a descontaminação do solo diretamente pelo contratante, mantendo-se inalteradas as condições do contrato celebrado, cuja execução ficará apenas diferida no tempo.

PREGÃO

1. (FCC / MI-DNOCS/ AGENTE ADM. /07.02.2010 /E5 TIPO 1 Questão 34). Com relação ao pregão eletrônico, é correto afirmar que

- (A) o sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- (B) a autoridade competente verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos na Lei Complementar competente.
- (C) a desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no livro de ata, com acompanhamento presencial de todos os participantes.
- (D) as propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na pasta de documentos armazenada na secretaria do ente contratante.

(E) os licitantes poderão participar da sessão privada na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

2 (FCC / MI-DNOCS/ AGENTE ADM. /07.02.2010 /E5 TIPO 1 Questão 35) A respeito do pregão eletrônico, considere:

- I. Após a homologação do procedimento licitatório, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo definido no edital.
- II. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais poderão ser dispensadas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- III. Via de regra, o prazo de validade das propostas será de cento e oitenta dias, salvo disposição específica do edital.

IV. A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato, mantendo-se a ata de registro de preços.

De acordo com o Decreto nº 5.450/2005, está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

3 (FCC / MI-DNOCS/ AGENTE ADM. /07.02.2010 /E5 TIPO 1 Questão 40). Com relação à licitação na modalidade de pregão, considere:

- I. A licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, não se aplica às contratações de obras de engenharia.
- II. A licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, não se aplica às locações imobiliárias e alienações em geral.

III. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes traduzidos por qualquer intérprete.

IV. Até cinco dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

De acordo com o Decreto nº 5.450/2005, está correto o que consta APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) I e II.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III.

4 (FCC / TCM-PARÁ/ Téc.Cont. Externo/ 17.01.2010 /A1 TIPO 3 Questão 28). No procedimento do pregão presencial, disciplinado na Lei nº 10.520/2002,

(A) a autoridade competente designará, dentre os servidores não pertencentes ao órgão ou à entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio.

(B) as atribuições do pregoeiro e equipe de apoio, incluem, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, vedada a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

(C) a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e, conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação, vedada a utilização de meios eletrônicos.

(D) o prazo fixado para a apresentação das propostas e para a análise de sua aceitabilidade, contado a partir da publicação do aviso, não será superior a 10 dias úteis.

(E) os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes.

5 (FCC / AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO – LICITAÇÃO / ASS. LEG. SP./ 4.4.2010 / Questão 59). O procedimento do pregão foi instituído com algumas peculiaridades, conforme estabelece a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Esta modalidade de licitação

(A) permite combinar proposta escrita com lances verbais.

(B) admite apenas lances verbais, no intuito de acelerar o procedimento.

(C) não prevê fase para apresentação de propostas escritas e de classificação, partindo-se da publicação do edital à fase de julgamento, durante a qual também são feitos os lances verbais.

(D) é admitida para aquisição ou venda de bens da Administração, sendo que neste caso deve ser adotado o critério do maior preço.

(E) permite exigir garantia das propostas apresentadas por escrito, vedada a exigência para os lances verbais.

6 (TRT – 15 REGIÃO FCC 2009 TÉCNICO JUDICIÁRIO) A respeito do pregão presencial (Lei nº 10.520/02), é **INCORRETO** afirmar que

a) é permitida a garantia de proposta.

b) o prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, se outro não for fixado no edital.

c) quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, sem prejuízo de outras cominações legais e contratuais.

d) as compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços, poderão adotar a modalidade de pregão.

e) o licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não a mantiver, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, sem prejuízo de outras sanções legais e contratuais.

7 (TRT – 15 REGIÃO FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO) O prazo de validade das propostas no pregão presencial, se outro não for fixado no edital, é de

a) 03 (três) meses.

b) 06 (seis) meses.

c) 30 (trinta) dias.

d) 60 (sessenta) dias.

e) 120 (cento e vinte) dias.

8 (TRT – 16 REGIÃO FCC 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO) Na esfera Federal, a fase externa do pregão presencial será iniciada com a convocação dos interessados e observará, dentre outras, às seguintes regras:

a) Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de maior preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

b) Cópias do edital e do respectivo aviso serão colocadas à disposição de qualquer pessoa para consulta e divulgadas na internet na *homepage* do Tribunal de Contas da União.

c) Os licitantes deverão apresentar os documentos de habilitação mesmo que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf.

d) O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será superior a 08 dias úteis.

e) O recebimento das propostas será feita em sessão fechada, no dia, hora e local designados.

9 (MPE – SE FCC 2009 ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO) Pregão é a modalidade licitatória própria para

a) alienação de bens inservíveis.

b) contratação de serviços de natureza comum, desde que o valor total estimado da contratação não ultrapasse R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

c) contratação de serviços de natureza comum e obras de pouca complexidade, independentemente do valor.

d) aquisição de bens e serviços de natureza comum, independentemente do valor.

e) contratação de obras de pouca complexidade, desde que o valor total estimado, de acordo com o memorial descritivo constante do edital, não ultrapasse R\$ 80.000,00.

10 (PGE – RJ FCC 2009 TÉCNICO SUPERIOR DE PROCURADORIA) A modalidade de licitação denominada Pregão pode ser realizada pelo tipo

a) melhor oferta.

b) técnica.

c) menor preço.

d) técnica e preço.

e) técnica e menor preço.

GABARITO PRINCÍPIOS		
QUESTÃO	RESPOSTA	JUSTIFICATIVA
1	A	
2	E	
3	E	
4	D	
5	B	
6	B	
7	A	
8	B	
9	A	
10	E	

GABARITO ATOS ADMINISTRATIVOS		
QUESTÃO	RESPOSTA	JUSTIFICATIVA
1	A	
2	E	
3	E	
4	C	
5	A	
6	B	
7	E	
8	D	
9	A	
10	D	
11	E	
12	E	
13	B	
14	A	
15	A	
16	A	
17	B	
18	C	
19	B	
20	D	
21	A	
22	E	
23	D	
24	B	
25	D	
26	A	
27	C	
28	A	

29	E	
30	C	
31	D	
32	A	
33	E	
34	E	
35	D	

GABARITO LEI FEDERAL 8112/90		
QUESTÃO	RESPOSTA	JUSTIFICATIVA
1	A	
2	C	
3	E	
4	C	
5	D	
6	D	
7	A	
8	E	
9	B	
10	C	
11	B	
12	E	
13	D	
14	A	
15	C	
16	C	
17	E	
18	D	
19	A	
20	C	
21	D	
22	E	
23	C	
24	D	
25	C	
26	B	
27	E	
28	B	
29	C	
30	D	
31	A	
32	B	
33	E	
34	C	
35	D	
36	B	
37	D	
38	D	
39	A	
40	C	
41	B	

GABARITO 9.784/99		
QUESTÃO	RESPOSTA	JUSTIFICATIVA
1	B	
2	B	
3	D	
4	C	
5	A	
6	C	
7	C	
8	A	
9	B	
10	A	

11	E	
12	B	
13	A	
14	D	
15	D	

GABARITO LICITAÇÕES

QUESTÃO	RESPOSTA	JUSTIFICATIVA
1	E	
2	B	
3	D	
4	B	
5	E	
6	C	
7	B	
8	D	
9	A	
10	C	
11	C	
12	E	
13	B	
14	E	
15	D	
16	B	
17	B	
18	A	
19	D	
20	E	
21	E	
22	A	
23	B	
24	B	
25	E	
26	B	
27	D	
28	B	
29	B	
30	D	
31	B	
32	B	
33	E	
34	A	
35	B	
36	A	
37	C	
38	C	
39	B	
40	D	

GABARITO CONTRATOS

QUESTÃO	RESPOSTA	JUSTIFICATIVA
1	A	
2	C	
3	A	
4	A	
5	E	
6	D	
7	B	
8	D	
9	E	
10	C	
11	D	
12	E	
13	E	

14	A	
15	B	
16	B	
17	A	
18	E	
19	D	
20	B	

GABARITO PREGÃO

QUESTÃO	RESPOSTA	JUSTIFICATIVA
1	A	
2	B	
3	C	
4	E	
5	A	
6	A	
7	D	
8	B	
9	C	
10	C	